

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO**

**“O PASSADO ESTÁ PREENHE DO FUTURO”: A ESCRITA DA HISTÓRIA NO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (1920-30)**

DANIELA OLIVEIRA SILVEIRA

**PORTO ALEGRE
2008**

DANIELA OLIVEIRA SILVEIRA

“O PASSADO ESTÁ PREENHE DO FUTURO”: A ESCRITA DA HISTÓRIA NO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (1920-30)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador:

Prof. Dr. Temístocles Cezar

Banca examinadora:

Profa. Dra. Loiva Otero Félix

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Profa. Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues

PORTO ALEGRE

2008

Ao meu incansável Revisor.

RESUMO

Esta dissertação trata da construção do conceito de história do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Para isto, desenvolveu-se uma análise do perfil dos homens que fundaram esta Instituição em 1920, em Porto Alegre/RS, inspirada em sua congênere nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Inicialmente, apresenta-se uma breve análise acerca das trajetórias profissionais e das experiências ligadas às letras vividas pelos fundadores da entidade. A segunda parte do texto ocupa-se da constituição do conceito de história apropriado pelo Instituto; para isso, fez-se uma análise dos textos publicados na Revista do IHGRGS. Sabe-se então que o discurso historiográfico estruturado é o resultado da simbiose entre o conceito de história antigo, marcado principalmente pelo princípio da *Historia magistra vitae*, e o conceito moderno de história que se preocupa em garantir a produção de um saber científico e positivo, objetivo último do Instituto.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia – Escrita da História – História *Magistra Vitae* – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

ABSTRACT

This dissertation aims to discuss the construction of the concept of history of the *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* (Rio Grande do Sul Historical and Geographical Institute). It develops an analysis of the profile of the man who founded this institution in 1920, in *Porto Alegre/RS*, inspired by its national congeners, the *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Brazilian Historical and Geographical Institute). Initially, it presents a brief analysis about the founders' professional trajectories and their experiences concerning the letters. The second part broaches the constitution of the concept of history appropriated by the Institute, through the analysis of the texts published in its journal. It's known that the historiography's discourse structured is the result of a symbiosis between the ancient concept of History, marked by the principles of the *Historia magistra vitae*, and the modern concept of History, which intended to guarantee the production of a scientific and positive knowledge, the main goal of the Institute.

KEY-WORDS: Historiography – Historical writing – *Historia magistra vitae* – *Rio Grande do Sul* Historical and Geographical Institute

AGRADECIMENTOS

Impossível passar por esta experiência sem lembrar e sem tecer os devidos agradecimentos aos que direta ou indiretamente fizeram parte desta construção. Por isso, sou muito grata:

Aos professores Loiva Otero Félix e Temístocles Cezar que, juntos, são responsáveis por alguma qualidade que minha produção profissional e acadêmica possa ter. A dívida que tenho para com ambos trago a pretensão de nunca poder saldar, ao contrário, espero estar sempre por perto dos dois incrementando a mesma. Reputo a estes muito mais que minha admiração a suas trajetórias profissionais como a amizade e a confiança que depositam em mim desde os primeiros anos de vivência, mesmo sem ter muita certeza se a mereço. À Loiva que, desde a salinha do último andar do Tribunal de Justiça do RS, vem me mostrando a importância de uma postura profissional séria, firme e apaixonada. Ao Temístocles, meu infatigável professor de Teoria da História, que sempre acreditou muito mais em mim do que eu mesma e que é o maior “culpado” por esta defesa.

Aos professores Luiz Alberto Grijó e Mara Cristina de Matos Rodrigues pelas leituras e discussões feitas a partir das cadeiras oferecidas por ambos que me auxiliaram muito ao longo da constituição do texto aqui apresentado. Assim como ao professor René Ernaini Gertz, que participou do meu colóquio mostrando uma leitura atenta do texto incipiente lá apresentado e que trouxe importantes contribuições.

Aos “de casa” que mesmo sem entender muito bem do que se trata o ofício do historiador, pediam e faziam silêncio enquanto eu trabalhava.

Aos amigos que estiveram mais perto ao longo do Mestrado: Graciela sempre tão carinhosa e disponível, Güinter e Vinicius e aos que estão por perto desde a adolescência: Ana, Cláudia e Clarissa. À Carolina que conheci na graduação e com quem dividi inúmeras experiências profissionais. Ainda na galeria dos amigos, à minha amiga Sana, já não consigo lembrar de quando não fazia parte da minha vida.

Às profas. Silvia e Mariza, diretora e vice-diretora da E. E. E. F. Érico Veríssimo, que mesmo com grandes dificuldades, sempre estiveram dispostas a reorganizar o horário para que eu pudesse fazer as cadeiras do curso ou escrever meu texto. Aos meus alunos que acham muito legal ter uma professora que também é aluna.

Ao Samir que, tal como fez com meu texto, deixou minha vida mais organizada e bonita.

Às minhas professoras de História da Educação Básica que, com seus intermináveis e monótonos questionários, levaram-me a questionar a dinâmica da construção do saber histórico.

Muito obrigada.

SUMÁRIO

Introdução	10
1 Urgia salvar o que ainda resta: A fundação do IHGRGS	21
1.1 <i>A existência de uma instituição como a que ora se inaugurava era uma velha aspiração do RS: A Fundação</i>	21
1.2 <i>Serviram-nos de base para a organização de nosso instituto os modelares estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil: Os Estatutos</i>	27
1.3 <i>Esta casa de estudos e trabalhos coletivos: Os Fundadores</i>	30
2 O passado está prenhe do futuro: A escrita da história no IHGRGS	36
2.1 <i>Descobridor de um novo mundo: O autor, suas fontes e seu texto</i>	37
2.2 <i>Templo austero da história: A história científica do IHGRGS</i>	56
2.3 <i>Fonte de ensinamentos às gerações que se têm sucedido através dos tempos: A Historia Magistra Vitae</i>	59
Considerações finais	66
Fontes documentais	72
Referências	76
Anexo I – Fundação e outras informações dos Institutos estaduais	85
Anexo II – Diretorias do IHGRGS ao longo da década de 1920	89
Anexo III – Atividade profissional dos sócios fundadores do IHGRGS	92
Anexo IV – Dados biográficos dos sócios fundadores membros da primeira diretoria (1920-1923)	94

Uma sociedade que não cultiva a sua própria história não tem consciência de si-mesma: É como uma criança que vive apenas as evidências tangíveis da hora presente, sem meditar o passado e sem pensar no que há de vir.

Os profetas e os magos não teriam iluminado o futuro dos povos, se não houvessem recorrido à experiência dos séculos amontoadas na história.

Consultar o passado é preparar o futuro. Um paradoxo?

COLLOR, Lindolfo. A história e o Instituto Histórico. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. I Trimestre, Ano I, 1921. p. 3.

INTRODUÇÃO

Durante o século XIX, os homens de letras do Brasil tinham como preocupação a legitimação da nação, forjada como consequência da consolidação do Estado nacional, e o estabelecimento de uma identidade brasileira. Foi como desdobramento deste contexto que, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) foi fundado no Rio de Janeiro. O IHGB teve como função firmar, entre seus historiadores, a preocupação com a formação de um discurso historiográfico responsável por definir a identidade nacional da nação estabelecida a partir da afirmação de seu Estado. Com o propósito de construir essa identidade nacional, “era necessário estimular a criação de institutos congêneres ao da capital do império para que estes coletassem as informações necessárias na integração dos dados dispersos da nacionalidade”¹, visto que, cada província, com sua diversidade, deveria ser integrada a essa difícil composição. Assim, o IHGB tomou para si a tarefa de refletir sobre “como se deve escrever a história do Brasil” já que o produto da soma das diferenças (ou seja, o discurso historiográfico que resultasse da “simbiose” das especificidades locais) seria o responsável pelo estabelecimento de um passado comum aos brasileiros.²

No Rio Grande do Sul, o estabelecimento de fato de um instituto local deu-se bem mais tarde.³ Desde 1854, ano da primeira tentativa de instalação de um instituto gaúcho, a

¹ RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **A institucionalização da formação superior em história**: o curso de Geografia e História da UPA/URGS: 1943 a 1950. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 37.

² Faço tais considerações baseada no conceito de *retórica da nacionalidade* apresentado por CEZAR, Temístocles Américo Correa. **L’écriture de l’histoire au Brésil au XIXe siècle**: essai sur une rhétorique de la nationalité: le cas Varnhagen. Thèse (Docteur de Histoire). Paris: EHESS, 2002.

³ Ao fazer-se uma rápida comparação entre as demais entidades regionais, percebe-se que, em sua maioria, há determinadas características comuns. Considerando as sedes ocupadas e os primeiros presidentes, por exemplo, vê-se que, de modo geral, as congêneres locais instalaram-se em espaços públicos gentilmente cedidos pelos presidentes das províncias ou governadores dos estados, os seus primeiros dirigentes eram, geralmente, os próprios políticos locais. Em muitos casos, além de disponibilizar os referidos espaços também ofereciam ajuda

província vinha insistindo em tal empresa; porém, todas as tentativas acabaram por não lograr sucesso. Somente em agosto de 1920, período marcado por inquietações no Estado e pela fragilidade do pacto federativo nacional, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) foi fundado e, de lá para cá, “teve constante atividade, sem nenhum interregno de inércia ou hibernação”.⁴ Foi a partir de então que o Rio Grande do Sul passou a contar com uma entidade de suma importância para a afirmação da história e para a formação da identidade do gaúcho.

Sobre o papel do IHGRGS, Lindolfo Collor destacava:

Toda a nossa historia de luctas heroicas sustentadas em pról das fronteiras moraes e politicas da nacionalidade, todo o nosso aneio pela conquista da liberdade publica, toda a nossa secular vibração patriotica em face dos inimigos da Patria, assim como a admiravel evolução pacifica das nossas instituições privadas e politicas, tudo isto está a exigir o apparecimento de intelligencias capazes de, pela evocação do passado, melhor preparar o futuro do nosso idolatrado Rio Grande.⁵

Segundo as considerações acima, a instalação do IHGRGS insere-se no contexto de preocupação do IHGB de contar com institutos locais que escrevessem a sua história, assim como coletassem informações para a construção de uma história nacional na qual seriam integradas. Por isso, partindo das reflexões de Cezar, que se ocupa em questionar “quando a idéia moderna de história se funda no Brasil, e como ela se constitui em

financeira seja pagando o aluguel das sedes, seja auxiliando na construção das mesmas. Para maiores informações sobre outros Institutos estaduais, conferir o Anexo I.

⁴ No Capítulo 1, item 1.1, serão apresentadas maiores informações acerca das várias tentativas de instalação do Instituto sul-rio-grandense ao longo do século XIX, começo do XX e sobre a fundação do IHGRGS em 1920. Sobre o Instituto gaúcho fundado em 1860, ver especialmente: LAZZARI, Alexandre. **Entre a grande e a pequena pátria**: literatos, identidade gaúcha e nacional (1860-1910). Tese (Doutorado em História). Campinas: Unicamp, 2004. Para uma análise da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, publicada originalmente entre 1860 e 1863, ver: BOEIRA, Luciana Fernandes. **Registrar é historiar?**: a província entre a oralidade e a literatura. Colóquio (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2007 (mimeo). A citação final é de FRANCO, Sérgio da Costa. Breve histórico do IHGRGS, no endereço eletrônico <http://www.paginadogaicho.com.br/ihgrgs>.

⁵ COLLOR, Lindolfo. A história e o Instituto Histórico. **Revista do IHGRGS**. I Trimestre, Ano I, 1921. p. 6. Todas as citações retiradas das fontes utilizadas (atas e textos selecionados publicados na Revista do IHGRGS) serão mantidas com sua escrita original, com o intuito de caracterizar a “cor local” do espaço e do tempo no qual foram produzidas.

conhecimento sobre si própria, depois sobre a nação, seu objeto principal ao longo do século XIX”, pretendo investigar quais as conseqüências desse pressuposto na história escrita no IHGRGS.⁶

No Rio Grande do Sul, os anos 1920 são caracterizados como “um momento significativo (o ponto de partida) do processo de especialização da historiografia rio-grandense, como uma conjuntura estratégica na articulação do processo, mais complexo, de ‘institucionalização’ da prática historiográfica a nível estadual”.⁷ Considerando-se os pressupostos levantados por Almeida, ou seja, a importância e as especificidades dos anos 20, primeiro decênio da fundação do Instituto (1920-30), nas inovações e recorrências do discurso historiográfico do Rio Grande do Sul, esta dissertação pretende tentar analisar a noção de história que permeava as discussões e a produção dos membros do IHGRGS.

Não há dúvida que o processo de institucionalização da história sul-rio-grandense passou pelas práticas da escrita postulada pelo Instituto gaúcho. Contudo, diferente de pesquisas anteriores que tiveram como objeto a historiografia do Rio Grande do Sul a partir da produção do IHGRGS, minha pesquisa toma como objeto a própria escrita da história; pretendo desenvolver um estudo em que a construção da escrita da história adquira o estatuto de objeto e problema de pesquisa. Os trabalhos dos historiadores que se fundamentaram na análise da produção historiográfica do Rio Grande do Sul tinham como princípios, basicamente: estudos que privilegiavam fatores externos que determinavam a produção do Instituto, caso da dissertação de Almeida de 1983, que definia o discurso historiográfico construído pela instituição como um espaço de legitimação da ideologia da classe dominante; ou fatores internos, tais como os amparados por Gutfreind quanto à disputa ideológica entre

⁶ CEZAR, Temístocles Américo Correa. op. cit., Tomo I. p. 15.

⁷ ALMEIDA, Marlene Medaglia. **Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense**: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 1983. p. 41-42. A autora, em sua dissertação, refere-se também ao período pós-revolução de 1930; porém, sua argumentação centraliza-se no estabelecimento do discurso histórico em um momento de redefinição do espaço econômico e político do Rio Grande do Sul. Ver também: RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. op. cit. (principalmente o Capítulo I).

os lusitanos e os platinos.⁸ Minha pesquisa fundamenta-se em preocupações outras que vão além do para quê, do para quem ou do por quem foi escrita a história do IHGRGS, e sim do como foi realizada a operação que constituiu a sua escrita.

Neste sentido, gostaria de introduzir, como reflexão para o horizonte do estudo historiográfico que desenvolvo, o seguinte pressuposto:

[...] a reflexão sobre o conhecimento histórico não se desvincula da sua elaboração e, tanto quanto este, está submetida às injunções de sua própria historicidade. Por conseguinte, as reflexões acerca das condições de possibilidade do saber histórico impõem-se em razão da especificidade mesma deste saber, ele próprio submetido a regras e dispositivos de validação que se modificam segundo o tempo e o *lugar* a partir dos quais os historiadores exercem as suas operações.⁹

Ou seja, segundo minha análise, o IHGRGS constitui-se no *lugar* que determinou *práticas* e regras que deveriam, teórica e metodologicamente, serem seguidas para formular a *escrita* da história que foi veiculada através de sua Revista. Ainda nessa linha de reflexão, destaco que “uma história da história, mais do que ‘reconstruir mitos e suas interpretações’, demandaria que fossem formuladas interrogações acerca dos ‘meios materiais e conceituais, dos procedimentos de sua própria produção e das intermediações sociais de sua difusão’”.¹⁰

* * *

Minha pesquisa baseia-se na análise das atas das diversas reuniões ocorridas ao longo da década analisada (1921-1930) e publicadas na Revista do Instituto, assim como dos

⁸ ALMEIDA, Marlene Medaglia. op. cit.; GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. Destaco estes dois trabalhos por considerá-los paradigmáticos com relação ao seu objeto de estudo. Além disso, os diferentes enfoques apresentados pelas autoras, direta ou indiretamente, inspiraram grande parte da bibliografia que se refere à historiografia sul-rio-grandense subsequente. Outras referências de análises da historiografia do Rio Grande do Sul escrita durante os primeiros decênios do século XX: DIEHL, Astor. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1998; FREITAS, Décio et al. **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

⁹ OLIVEIRA, Maria da Glória. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 4-5.

¹⁰ *Ibid.*, p. 5.

textos previamente selecionados.¹¹ Já no primeiro artigo do volume um da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (RIHGRGS), Lindolfo Collor, no melhor estilo positivista, define o conceito de história a ser considerado por quem pretende escrever-la, ou seja, ser amparado e aceito pela instituição:

[...] a historia, na sua concepção scientifica, não é o simples relato empyrico do predominio de certos factores occasionaes, mas uma sciencia positiva baseada em leis tão immutaveis como as do numero, embora, pela sua collocação na hierarchia scientifica, essas leis sejam fatalmente menos geraes e mais complexas do que as das sciencias que lhe são inferiores.¹²

Por ocasião da inauguração do IHGRGS, o presidente da entidade, Florêncio de Abreu e Silva, esclarecia em seu discurso:

Trabalharemos desinteressadamente, ou, antes, não nos moverá outro interesse que não o do patriotismo e o da verdade historica. A nossa preocupação capital será a verdade, só a verdade, sempre a verdade. Para conseguirmos, porém, a formação de um juizo impessoal dos factos, será mistér de nossa parte uma perfeita isenção de animo; e essa imparcialidade necessaria exige que o nosso juizo recaia sómente sobre os acontecimentos em relação aos quaes nós sejamos verdadeiramente a posteridade, evitando que as influencias do meio e as nossas proprias tendencias politicas actuem sobre o nosso julgamento, desvirtuando a missão superior do Instituto.¹³

E para ratificar as afirmações do presidente, o orador Souza Docca, reafirmava em seu discurso na mesma ocasião:

[...] que “a nossa preocupação capital” seja, como [...] disse o nosso presidente, “a verdade, só a verdade, sempre a verdade”.

¹¹ A seleção dos textos foi feita obedecendo ao critério de interesse da pesquisa: foram selecionados 33 textos que se referem em seus títulos diretamente à história. A lista dos artigos utilizados com suas respectivas referências completas encontra-se na seção Fontes Documentais, ao final deste trabalho.

¹² COLLOR, Lindolfo. op. cit., p. 4.

¹³ Discurso do Dr. Florêncio Abreu e Silva. **Revista do IHGRGS**. I Trimestre, Ano I, 1921. p. 125.

A historia, que, segundo o conceito de Renan, “é a mais alta e mais digna occupação de um homem votado aos labores intellectuaes”, não se subordina nem se subjuga a interesse algum, e por isso ella só é digna, inatacavel, duradoura, eterna, quando é imparcial e justa e sempre que “apreciando os factos na linguagem calma, desapaixonada, apresentar os vivos e os mortos, taes quaes são ou taes quaes foram”, segundo o judicioso entender do professor Americo Braziliense.¹⁴

Analisando os trechos apresentados, percebe-se os preceitos que caracterizam a *história científica*, forjada a partir do século XIX, marcada pela noção de uma ciência exata, metódica, que baseia seus estudos em leis imutáveis, a exemplo das “ciências duras”. São estas regras gerais que garantem a suposta neutralidade do produto desses estudos realizados não por testemunhas, mas por homens que, por não terem participado dos acontecimentos sopesados, não estariam submetidos às influências do momento que estão analisando. Porém, mesmo imbuídos da missão de construir um estudo científico, positivo, resultado de uma metodologia específica, Lindolfo Collor destacava que:

Esta casa de estudos e trabalhos coletivos – e talvez nem fosse preciso assignalar esse facto – não surge com o intuito de codificar, em definitiva, os nossos elementos de historia e geographia, ou mais exactamente, de elaborar a historia e a geographia officiaes do nosso Estado. Os seus fins são mais modestos, e por isso, serão também, naturalmente, muito mais proficuos.¹⁵

É interessante notar que, tal como o IHGB, o IHGRGS não considerava, ao menos explicitamente, que os estudos desenvolvidos por seus sócios, nos arquivos públicos e privados, respeitando uma metodologia de trabalho pré-estabelecida como garantia de um resultado exato, constituíssem a história “oficial” do Rio Grande do Sul. No entanto, segundo seu presidente, “o Instituto [...] era o órgão legítimo da mentalidade rio-grandense”, ou seja, mesmo não sendo a história “oficial”, a produção da instituição tinha sua legitimidade, pois

¹⁴ Discurso do orador oficial, tenente Souza Docca. **Revista do IHGRGS**. I Trimestre, Ano I, 1921. p. 130-131.

¹⁵ COLLOR, Lindolfo. op. cit., p. 5.

representava a produção das mentes que refletiam sobre o passado, o presente e o futuro do Rio Grande do Sul. Com isso, considero que, tal como o Museu Júlio de Castilhos e o Arquivo (Público) Histórico, o IHGRGS participou de um momento importante de composição de um espaço privilegiado reservado à construção de um conhecimento específico que procurava conquistar seu sítio dentre os saberes, lugar reservado à constituição de uma determinada memória e de um discurso historiográfico que a referendasse.¹⁶ Portanto, tais referências apontam para a relevância da instituição e justificam a análise da produção historiográfica do lugar que patrocinou a formação da história “oficial” do Rio Grande do Sul durante o período tratado.

Com relação às preocupações comuns ao Instituto brasileiro e ao gaúcho, lembrava o 1º secretário do IHGRGS, Leonardo Truda, em seu primeiro relatório anual:

Urgia salvar o que ainda resta; urgia ativar, coordenar, metodizar o estudo de toda a documentação histórica da nossa existência passada, assim como desenvolver o estudo do cenário magnífico em que ela se desenvolveu. Foi por isso que se criou este Instituto [...] ¹⁷

O excerto deixa evidente a idéia de preservar a documentação como condição para o resgate da história e da geografia gaúcha; objetivo compartilhado com o IHGB, que estimulava igualmente a coleta e a preservação de informações em suas províncias.

* * *

Como já foi referido anteriormente, o objetivo geral da pesquisa é tentar evidenciar a noção de história compartilhada pelos membros do IHGRGS entre os anos de

¹⁶ Para uma análise da redefinição tipológica do Museu Julio de Castilhos na década de 1950, ver: NEDEL, Letícia Borges. **Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta.** Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

¹⁷ Relatório do 1º Secretário. **Revista do IHGRGS.** I Trimestre, Ano I, 1921. p. 522.

1921 e 1930, período em que o corpo diretivo da instituição manteve-se quase que integralmente o mesmo.¹⁸ Na verdade, a cada eleição trienal havia um rearranjo dos cargos, indício de que suas diretrizes não sofreram mudanças significativas ao longo deste primeiro decênio.

O texto desta dissertação está dividido em dois capítulos. O primeiro trata da análise da fundação do IHGRGS. Esse capítulo tem três subdivisões que, em conjunto, visam descrever a organização geral da instituição. Mais especificamente, a primeira parte constitui-se de uma rápida referência à preparação e à fundação efetiva, destacando um breve contexto do período, as demais tentativas frustradas de fundação e as aspirações do Instituto. A segunda consiste em algumas considerações acerca dos estatutos da entidade. A última parte remete-se aos sócios fundadores do Instituto.

No segundo capítulo, procuro identificar na produção do IHGRGS, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos de Michel de Certeau, o processo de construção da escrita da história. Pretendo estabelecer e analisar nessa produção o que o historiador francês define como “operação historiográfica”.¹⁹

Utilizando os textos selecionados e as atas do IHGRGS, investigo como foi formulada a sua operação histórica; ou seja, referindo-me à “combinação de um *lugar* social, de *práticas* científicas e de uma *escrita*”²⁰, caracterizo o meu objeto de pesquisa como: o IHGRGS (lugar social), sua noção de história (práticas científicas) e sua produção historiográfica (a Revista). Neste sentido, considero o Instituto a partir da noção de *lugar*, tal como definida por Certeau:

[...] Tal é a dupla função do lugar. Ele *torna possíveis* certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas *torna* outras

¹⁸ Conforme será tratado no Capítulo 1, item 1.3.

¹⁹ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. Capítulo II: A operação historiográfica.

²⁰ *Ibid.*, p. 66.

impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise. Sem dúvida, esta combinação entre *permissão* e *interdição* é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com *qualquer coisa*.²¹

A partir desta assertiva, penso o Instituto como *lugar* que determinava uma produção historiográfica e recusava o caráter historiográfico a outras. É o espaço que legitimava a produção de seus pares e negava a condição de saber legítimo à produção alheia a suas leis:

[...] uma obra é menos cotada por seus compradores do que por seus “pares” e seus “colegas”, que a apreciam segundo critérios diferentes daqueles do público e decisivos para o autor, desde que ele pretenda fazer uma obra historiográfica. Existem as *leis* do meio. Elas circunscrevem possibilidades cujo conteúdo varia, mas cujas imposições permanecem as mesmas. Elas organizam uma ‘polícia’ do trabalho. Não “recebido” pelo grupo, o livro cairá na categoria de “vulgarização” que, considerada com maior ou menor simpatia, não poderia definir um estudo como “historiográfico”. Ser-lhe-á necessário o ser “acreditado” para aceder à enunciação historiográfica. “O estatuto dos indivíduos que tem – e somente eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir um discurso semelhante” depende de uma “agregação” que classifica o “eu” do escritor no “nós” de um trabalho coletivo, ou que habilita um locutor a falar o discurso historiográfico.²²

Quanto ao pressuposto do *lugar* como legitimador da produção de um determinado discurso historiográfico, dando caráter de um produto coletivo (o “nós”), destaco a crítica de J. B. Hafkemeyer, um dos membros da Comissão de Estatutos e Redação da Revista, em um trabalho lido na última sessão do ano de 1921. No texto intitulado “Livros novos”, este autor traz a resenha de algumas publicações e, particularmente, do trabalho de Assis Cintra, que se ocupou da edição da correspondência entre D. Pedro I e Domitila, e diz o

²¹ Ibid., p. 76-77.

²² Ibid., p. 72.

seguinte: “Publicar as cartas escritas nestes lugares [a alcova dos amantes] – francamente, pertence a outra classe de literatura, mas uma literatura, que não encontra guarida no templo austero da história”.²³ J. B. Hafkemeyer define o texto histórico como resultado de uma produção baseada em documentos “oficiais” e não na correspondência íntima dos amantes, tipificando o que é fonte para a história e o que não o é.²⁴ Já o orador oficial do IHGRGS, Souza Docca, em seu discurso afirmava:

Eduardo Prado, um do mais belos talentos de que o Brasil se orgulha, disse: “O espírito humano tem sede de certeza e quer sempre um ponto de apoio firme e estável.”

“Nas questões históricas”, agrega o professor Francisco de Assis Cintra, “esse ponto de apoio de que carece o espírito humano para julgar, é justamente a documentação do fato e jamais as citações de autores palacianos ou descuidosos”.²⁵

Vinculado a este aspecto, destaco a importância dada ao documento como legitimador do caráter científico da produção da instituição. Segundo minha análise, os preceitos que fundam os estudos dos membros do IHGRGS são definidos pelos seguintes aspectos: “trabalho [...] amparado em farta documentação”²⁶, “curiosos documentos inéditos”, “interessantes documentos inéditos”, evidenciando não só a importância do documento como prova, mas a relevância do documento como fonte inédita para a escrita da história. A pesquisa desenvolvida com base neste “tipo” de documentação é caracterizada como “[...] inegavelmente, um trabalho de grande valor histórico [...]”. Ainda quanto às considerações sobre documentos inéditos, resalto o comentário de Hafkemeyer: “Cada nova obra desfaz boa parte da obra feita, porque cada autor toca em certos documentos e fontes que estavam

²³ HAFKEMEYER, João Baptista. Livros novos. **Revista do IHGRGS**. III Trimestre, Ano I, 1921. p. 577.

²⁴ Vale aqui lembrar a definição de texto histórico: “[...] uma nova interpretação, o exercício de métodos novos, a elaboração de outras pertinências, um deslocamento da definição e do uso do documento, um modo de organização característico, etc.” CERTEAU, Michel de. op. cit., p. 72.

²⁵ Discurso do orador oficial, tenente Souza Docca. op. cit., p. 131.

²⁶ Acta da 32ª Sessão Ordinária (07/07/1929). **Revista do IHGRGS**. III e IV Trimestre, Ano IX, 1929. p. 700.

dormindo sob o pó secular dos arquivos. É o descobridor de um novo mundo”.²⁷ Isso caracteriza, segundo minha compreensão, as formas de coligir e de metodizar os documentos inéditos para a produção de uma história a ser escrita.

Ainda em tal capítulo, estabeleço como era tratada a relação entre o passado e o futuro, visto que os sócios do Instituto fundam seus trabalhos nos preceitos de uma história que traz exemplos do passado para nortear ações do futuro. Lindolfo Collor já caracterizava sua preocupação no artigo de abertura do primeiro volume da Revista: “[...] só se pode agir com utilidade no presente, quando pela observação do passado se conhecem as probabilidades do futuro”.²⁸

Esta relação entre passado e futuro, exposta direta ou indiretamente, seja pela escrita dos sócios, seja pelo grande número de memórias e biografias publicadas nas edições da Revista, leva-me a considerar como pressuposto teórico para esta análise o conceito de *historia magistra vitae*.²⁹ É clara a pretensão dos membros do Instituto, utilizando biografias e fragmentos biográficos, à “imortalidade” das ações de determinadas personagens e heróis da história do Rio Grande do Sul que se constituem exemplos às ações das gerações futuras. A relação entre o passado e o futuro tem como norma a referência ao passado, princípio que iria de encontro ao regime moderno de historicidade onde o futuro é a referência.³⁰

²⁷ HAFKEMEYER, João Baptista. op. cit., p. 580.

²⁸ COLLOR, Lindolfo. op. cit., p. 3.

²⁹ Refiro-me aqui à discussão proposta por Koselleck sobre o conceito antigo e moderno de história. Acerca deste tema, ver: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006; CEZAR, Temístocles Américo Correa. op. cit.

³⁰ Sobre a relação entre o regime antigo e moderno, Hartog considera o seguinte: “Se ainda resta uma lição da história, ela vem, por assim dizer, do futuro e não mais do passado. Ela está em um futuro que acontecerá como diferente do passado, ao passo que a *historia magistra* repousa sobre a idéia de que o futuro não repetia o passado, porém não o excedia jamais”. HARTOG, François. O tempo desorientado: tempo e história: “Como escrever a História da França?”. **Anos 90**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, n.7, jul. 1997. p. 10.

CAPÍTULO 1

URGIA SALVAR O QUE AINDA RESTA

A FUNDAÇÃO DO IHGRGS

1.1 *A existência de uma instituição como a que ora se inaugurava era uma velha aspiração do RS: A Fundação*

O Rio Grande do Sul encontrava-se em um contexto de transição durante os anos vinte e trinta do século XX. O Estado movia-se entre um federalismo exacerbado, garantido pelas relações políticas instituídas durante a República Velha, e um processo de centralização, imposto a partir da Revolução de 1930. Foi neste período que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) foi fundado.³¹

Na verdade, desde meados do século XIX, como já foi dito, os letrados sul-riograndenses vinham tentando a implantação de um Instituto Histórico e Geográfico; além disso, o próprio IHGB já previa a constituição de congêneres regionais. Em 1854, houve a primeira tentativa de instalação, cujo insucesso, segundo Fioreze, deu-se por “razões de ordem interna. [...] O que podemos sugerir é a possível inexistência de um maior número de ‘homens abnegados’ que se dispusessem, naquele momento, a dar continuidade ao empreendimento”.³² A segunda tentativa similar aconteceu em 1860³³, ao que Florêncio Abreu e Silva dá a seguinte explicação para a extinção do Instituto:

³¹ Quanto à configuração do contexto da República Velha no Rio Grande do Sul, ver principalmente os trabalhos da geração crítica dos anos 80, dos quais destaco: FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988; PINTO, Céli Regina Jardim. **Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre: L&PM, 1986.

³² FIOREZE, Zélia Guareschi. **A invenção do Rio Grande do Sul: território e identidade na visão do IHGRGS (1920-1937)**. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2001. p. 48.

O advento da guerra do Paraguay, com a invasão da Província pelas hostes inimigas, reclamando o concurso de todos na sagrada defesa da patria commum e acarretando a absorpção necessaria das actividades pelas cousas da guerra foi provavelmente a causa precipua da extinção do Instituto, pela dispersão inevitavel dos seus membros.³⁴

Desta vez, no entanto, o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro publicou uma revista trimensal e manteve-se por três anos. Houve ainda outras tentativas sem êxito e a última deu-se em 1917.³⁵ Assim, foi somente o projeto de 1920 que acabou por lograr sucesso. A imprensa nacional noticiou o acontecimento:

A Fundação de um Instituto Histórico e Geográfico – Porto Alegre, 4 – por iniciativa dos srs. Otavio Augusto de Faria, tenente Souza Docca, capitão Manuel Joaquim de Faria Corrêa e dr. Florêncio de Abreu e Silva, haverá amanhã, no salão do Arquivo Público do Estado, uma reunião das pessoas que se dedicam ao estudo da história e geografia, para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Servirão de base para a organização deste Instituto os estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. O Instituto terá uma revista mensal ou trimensal e se ocupará exclusivamente de assuntos que se relacionem com a geografia e a história deste Estado.³⁶

Através da notícia pode-se aferir o perfil dos letrados que participariam do Instituto, homens ligados a profissões diversificadas – profissionais liberais e militares – articulados a um lugar de produção definido pela influência da congênere nacional, assim como o espaço que o mesmo reservava à notoriedade do produto lá constituído – a Revista. Já Sérgio da Costa Franco explica a fundação do Instituto da seguinte maneira:

³³ Sobre o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, fundado em 1860, ver: LAZZARI, Alexandre. op. cit.

³⁴ Discurso do Dr. Florêncio Abreu e Silva. op. cit., p. 122-123.

³⁵ Para mais detalhes acerca das várias tentativas de fundação e permanência do Instituto gaúcho, consultar: FIOREZE, Zélia Guareschi. op. cit.; FRANCO, Sérgio da Costa. op. cit.; Acta da Sessão de Instalação e Posse. **Revista do IHGRGS**. I Trimestre, Ano I, 1921. p. 118-134. Há indícios de uma reunião em 1912 com o objetivo de fundar o Instituto.

³⁶ **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 07 de agosto de 1920. p. 2.

[O] Instituto gaúcho foi fundado em 5 de agosto de 1920, numa das salas do Arquivo Público do Estado, sob o estímulo do então Tenente Emílio Fernandes de Souza Docca, de Octávio Augusto de Faria, autor do sempre consultado Dicionário Geográfico, Histórico e Estatístico do Rio Grande do Sul, do Desembargador Florêncio de Abreu e Silva e outros numerosos interessados.

De 1920 para cá, teve constante atividade, sem nenhum interregno de inércia ou hibernação.³⁷

As instalações ocupadas pelo Instituto durante os anos 20 foram todas cedidas pelo “preclaro e patriótico cidadão que dirige os destinos do Rio Grande do Sul”.³⁸ Aliás, os elogios e os agradecimentos ao apoio recebido por parte de Borges de Medeiros eram uma constante no IHGRGS: “[...] conforto moral recebido do emerito Governo do Estado, à boa vontade que anima a todos para trabalharem com sinceridade, contribuindo, assim, para a investigação e divulgação das cousas do nosso passado, salvando do esquecimento algumas das nossas admiráveis tradições”.³⁹

Na verdade, o governador, enquanto primeiro e único sócio honorário do período, mantinha o Instituto, uma instituição privada, na sede do Museu Júlio de Castilhos e do Arquivo Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ambas instituições públicas.⁴⁰ Além da sede, o governador também “ofereceu” o espaço para a biblioteca e para o arquivo do Instituto, onde se iria “acumular, classificar e interpretar copiosa documentação de autoridade histórica”. Borges de Medeiros era incansavelmente laureado e admirado nas manifestações da entidade, graças a sua atuação como protetor da memória do

³⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. op. cit. Apesar de ter sido fundado em agosto, a sessão inaugural e a posse da primeira diretoria deu-se somente a 19 de novembro de 1920, no salão nobre do Paço Municipal. A primeira diretoria eleita tinha a seguinte composição: Florêncio Carlos de Abreu e Silva, Presidente; Delphino M. Riet, Vice-Presidente; Francisco de Leonardo Truda, 1º Secretário; Eduardo Duarte, 2º Secretário; Emílio Fernandes de Souza Docca, Orador; Amaro Baptista, Tesoureiro; Armando Dias de Azevedo, Bibliotecário. **Revista do IHGRGS**. I Trimestre, Ano I, 1921. p. 149. O item 1.3 desta dissertação traz algumas informações acerca da trajetória dos sócios que participaram da direção do Instituto durante os anos vinte, assim como os Anexos II e IV trazem, respectivamente, a nominata completa do corpo diretivo eleito ao longo do período tratado e dados biográficos dos sócios fundadores.

³⁸ Acta da Sessão de Instalação e Posse. **Revista do IHGRGS**. I Trimestre, Ano I, 1921. p. 119.

³⁹ Loc. cit.

⁴⁰ Na sessão de aniversário, o presidente honorário, Borges de Medeiros, foi lembrado pelo “apoio moral ao Instituto e assistência de carácter material traduzida na solícita concessão do local onde está, provisoriamente, instalado o Instituto”. Acta da Sessão de Aniversario do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul. **Revista do IHGRGS**. I Trimestre, Ano II, 1922, p. 515.

Estado, sempre preocupado em inaugurar e manter instituições que corroborassem na formação intelectual dos sul-rio-grandenses. Como mostra Florêncio Abreu e Silva:

[...] em satisfação á nossa propria consciencia, mistér é que se alluda á fecunda protecção que de s. exa. têm merecido as nossas instituições superiores de ensino scientifico e artistico; aos monumentos de arte architectonica de que vem exornando a cidade, marcos impereciveis de sua administração; ao coroavel desvelo que tem s. exa. dispensado á Bibliotheca Publica, templo em que – na bella expressão de um soberano do Oriente – se cultua e professa a virtude, fortalecida pela intelligencia e pelos deveres dictados segundo a experiencia dos tempos preteritos; á preocupação de s. exa. em dotar o Estado de um Archivo Publico modelar, cuja utilidade, como elle mesmo enunciára numa de suas brilhantes mensagens, “patentêa-se pelo proprio fim, que é o de *colligir e conservar tudo quanto possa interessar ao R. G. do Sul, sob o ponto de vista de sua formação, de seu desenvolvimento politico, da administração publica e, em summa, do progresso em todas as manifestações de actividade scientifica, litteraria e artistica, facilitando, dess’arte, pela conservação, organização, catalogação e publicação dos documentos amontoados nos diversos archivos officiaes, a investigação e conhecimento da geographia e da historia desta gloriosa extremadura brasileira*”.

[...] qualquer que seja o juizo que o tribunal irrecusavel da historia reserve ao insigne republico que ora preside aos destinos do Estado, uma coisa é licito, desde já, vaticinar: que, na futura reconstituição do seu tempo e do seu meio, revelará a salutar influencia que o seu nobre espirito, num dilatado periodo de ordem e de liberdade, soube exercer no desenvolvimento mental do seu povo.⁴¹

Com o excerto, percebe-se como o governador estava alinhado aos princípios norteadores do Instituto e, por isso, merecia toda a atenção dispensada pelo mesmo à sua figura. Era exatamente por tratar-se de alguém tão singular e tão engajado na tarefa de salvar e investir na construção da mentalidade de seu povo que lhe estaria garantida a glorificação de sua administração pela história a ser escrita. O trecho também alude o pressuposto da história como julgadora do passado e que traria a redenção aos justos no futuro – caso do líder gaúcho, o qual teria sua trajetória festejada posteriormente pela história.

⁴¹ Discurso do Dr. Florêncio Abreu e Silva. op. cit., p. 556-557.

Tal como o IHGB, o IHGRGS também contava com a publicação de uma Revista que deveria ser trimestral, ter no mínimo 150 páginas e, segundo os Estatutos, tinha como objetivo a edição de trabalhos dos sócios. Estes textos deveriam versar sobre História, Geografia, Arqueologia, Etnografia, Paleontologia do Brasil e especialmente do Rio Grande do Sul, bem como sobre o folclore sul-rio-grandense e a língua indígena e, ainda, divulgar documentos e publicações relativas ao Estado, assim como suas atas e as listas de seus sócios.⁴² Sobre a referida, Lindolfo Collor escrevia:

Vivendo precipuamente pela sua “Revista”, o Instituto Historico valerá por um permanente estímulo intellectual para a elaboração de trabalhos sobre a historia e a geographia do Rio Grande. Esta publicação que óra aparece será não só repositório de trabalhos originaes no genero, mas ainda, e talvez sobretudo, um esforço continuado e methodico na divulgação de elementos historicos que jazem desconhecidos nos archivos publicos e particulares. Se mais não fizesse a “Revista do Instituto Historico”, só esse serviço já bastaria para lhe sagrar a benemerencia no nosso meio intellectual. Quem póde imaginar, com effeito, o que vae de dados e informações preciosissimas pelas pouco freqüentadas estantes e gavetas dos nossos archivos? E qual a actividade pessoal isolada que seria capaz de tomar a si, expontaneamente e sem nenhum intuito de recompensa, a cópia e a publicação de todas essas informações que são, de facto, imprescindíveis a qualquer estudo consciencioso da nossa historia e de nossa geographia?

Visa tambem a “Revista do Instituto Historico” a reedição, em séries ou em volumes especiaes, de obras escriptas sobre o Rio Grande do Sul e que, hoje, pela sua grande raridade, nem a todos é dado possuir ou siquer consultar, e cuja publicação, sempre que for opportuno, será acompanhada de notas e commentarios explicativos do texto original. Além disto, como já foi dito, a “Revista” será o vehiculo para a publicação de todos os trabalhos historicos e geographicos elaborados pelos sócios do Instituto.⁴³

O trecho salienta que os trabalhos a serem publicados, além de originaes, deveriam dar luz às fontes primárias que jazem guardadas e inéditas nos arquivos, caracterizando uma das principais tarefas que cabem ao verdadeiro historiador. Mostra também como função

⁴² Estatutos do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul. Art. 34, paragr. 1º, 1921.

⁴³ COLLOR, Lindolfo. op. cit., p. 6.

deste o desenvolvimento de um trabalho que respeitasse uma determinada metodologia, a qual daria voz aos documentos originais dos arquivos. Ainda quanto ao método a ser utilizado pelo historiador, Lindolfo Collor fala que caberia ao estudioso copiar e publicar os documentos; ou seja, o propósito do historiador deveria ser o de um copista e não de interpretação do material consultado. O mesmo deveria trabalhar só e sem outro objetivo que não o de salvar as informações que estavam guardadas nos arquivos.

Através da análise das Revistas publicadas durante este decênio estudado, fica explícito que as recomendações de Collor foram levadas à risca. As várias reedições de textos importantes e as publicações de documentos apresentadas são acompanhadas de uma nota de apresentação e com rodapés ao longo do texto (quando necessárias), mais uma vez, identificando o trabalho metodológico ao qual a produção do Instituto estava sendo submetida. Exemplos disto são a edição do texto de Saint-Hilaire⁴⁴ e a publicação de uma coleção de documentos sobre a Revolução Farroupilha.⁴⁵

À Comissão de Estatutos e Redação da Revista era firmado o seguinte: “Pertence exclusivamente á comissão a escolha dos artigos que se houverem de publicar, podendo, portanto, recusar trabalhos de quem quer que seja, no intuito de manter o bom conceito da ‘Revista’”.⁴⁶ O artigo indica que cabia à Comissão a tarefa de definir quais textos tinham ou não o perfil do trabalho científico propalado pelo Instituto; isto é, a mesma deveria zelar pela garantia da publicação de escritos que refletissem a metodologia definida pela operação historiográfica posta pelo lugar que a instituiu. Com isso, os membros da Comissão tinham como incumbência garantir, através da aprovação e da reprovação de determinados textos, a

⁴⁴ SAINT-HILAIRE, Augusto de. Viagem ao RS (Brasil): traduzido por Adroaldo Mesquita da Costa. **Revista do IHGRGS**. (Cap. 1) I Trimestre, Ano II, 1922; (Cap. 2) IV Trimestre, Ano II, 1922; (Cap. 3) I e II Trimestre, Ano IV, 1924; (Cap. 4) I e II Trimestre, Ano V, 1925; (Cap. 5) I e II Trimestre, Ano VI, 1926.

⁴⁵ Especialmente: APONTAMENTOS para a história da Revolução de 1835-1845: registro do Tesouro da República Rio-grandense. **Revista do IHGRGS**. I e II Trimestre, Ano IX, 1929; APONTAMENTOS para a história da Revolução de 1835-1845: correspondência ativa dos presidentes brigadeiro Antonio Elizário de Miranda e Brito e dr. José de Araújo Ribeiro. **Revista do IHGRGS**. IV Trimestre, Ano IX, 1929; DOCUMENTOS interessantes para a história do RS. **Revista do IHGRGS**. IV Trimestre, Ano IX, 1929.

⁴⁶ Estatutos do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul. Art. 34, paragr. 1º, 1921.

propagação do conceito de história a ser difundido pelo Instituto. Logo, a Revista era o espaço de divulgação da produção da entidade, apresentando-se como mais uma etapa dentro da operação historiográfica edificada pelo mesmo.

1.2 *Serviram-nos de base para a organização de nosso instituto os modelares estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil: Os Estatutos*

Serviram-nos de base para a organização de nosso instituto os modelares estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mais antiga de nossas academias, e, no seu gênero, a primeira da América e uma das principais do mundo.⁴⁷

Desde as primeiras notícias, esteve presente a preocupação de que os estatutos do Instituto gaúcho fossem definidos tendo como inspiração os do IHGB. Em outra notícia na imprensa nacional era destacado: “Para redigir os estatutos, nos moldes dos do Instituto Histórico e Geográfico da Capital da República, foi nomeada uma comissão composta dos srs. Octavio de Faria, tenente Souza Docca e monsenhor Mariano da Rocha e para suplentes designados os srs. Drs. Amaro Baptista, Eduardo Duarte e Leonardo Truda”.⁴⁸

O primeiro artigo dos estatutos tratava da função do Instituto e quais seriam as ciências envolvidas no cumprimento desta:

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, com sede social em Porto Alegre, tem por fim promover estudos e investigações que se relacionem com a História, Geografia, Arqueologia, Etnografia, Paleontologia do Brasil e especialmente do Rio Grande do Sul, e bem

⁴⁷ Discurso do orador oficial, op. cit., p. 128.

⁴⁸ **Estado de São Paulo**. São Paulo, 12 de agosto de 1920. p. 5.

assim cultivar o folclore rio-grandense e a língua dos indígenas que habitaram e dos que ainda habitam este Estado.⁴⁹

Não por coincidência a história foi a primeira a ser citada na longa lista das ciências que norteariam a produção do Instituto. No entanto, é importante observar as demais ciências que seriam tratadas pela instituição – Arqueologia, Etnografia, Paleontologia –, áreas do conhecimento que se constituíram a partir de uma reapropriação da atividade do antiquário, de recuperação e guarda de vestígios materiais do passado. As ciências citadas, que auxiliariam a história, valem-se de uma noção que vinha sendo desacreditada pela tradição iluminista, mas que, mesmo sob uma nova perspectiva, se manteve como parte integrante da formação do conhecimento histórico científico que pretendia dar conta de um universo que incluía, por exemplo, povos ágrafos como os indígenas.⁵⁰

Nesta direção, Florêncio Abreu e Silva explicava, em seu discurso de Instalação e Posse, que:

Diga-se de passagem que bem se sabe que na hierarquia das ciências, a história, que é uma ciência concreta, depende de todo o grupo inferior das ciências abstratas. Não temos, porém, o pomposo e desmedido propósito de fundar um ‘Instituto de Ciências’, e sim visamos a um objetivo mais restrito e modesto, mas praticamente de maior utilidade e alcance social. O campo de nossa atividade se ampliará apenas sobre aqueles ramos dos conhecimentos que, em virtude de suas mais íntimas e acentuadas afinidades com a **ciência sagrada**, que é a história, não poderão ser postos à margem sob pena de tornar ineficiente [...] a nossa árdua missão.⁵¹

Neste mesmo sentido, Ranke, em seu famoso prefácio de 1824, refere-se de forma despreziosa quanto ao seu texto. Começa confessando que achava seu trabalho mais

⁴⁹ Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. **Revista do IHGRGS**. I Trimestre, Ano I, 1921. p. 135.

⁵⁰ Para mais detalhes acerca das continuidades nas formas contemporâneas de escrita de história da tradição antiquária, ver especialmente: GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História. **Humanas**. Porto Alegre: UFRGS, v. 23, n. 1/2, 2000.

⁵¹ Discurso do Dr. Florêncio Abreu e Silva. op. cit., p. 123-124. Grifos no original.

perfeito em sua concepção do que ao vê-lo pronto e chamava a atenção do leitor dizendo que se tratava de uma obra que obedecia a aspectos de um determinado ponto de vista. Segundo Ranke, apesar de dizer-se que a história tinha como missão julgar o passado e instruir o presente em benefício do futuro, sua pretensão era muito mais modesta: “tratamos, simplesmente, de exponer cómo ocurrieron, en realidad, las cosas”.⁵² Assim como consideram os homens do Instituto, ao menos no que diz respeito a seus discursos, a história a ser produzida por seus pares não tem outro objetivo que não seja dizer a verdade, mostrar como as coisas efetivamente aconteceram.

Apesar do objetivo “restrito e modesto”, a história era sempre tratada como a ciência superior que precisava de ciências auxiliares para que se compreendesse o amplo contexto das experiências humanas. O presidente do IHGRGS destacava, portanto, a supremacia da história e o motivo pelo qual deveriam ser desenvolvidos trabalhos em outras áreas. Ainda considerando-se uma análise do primeiro artigo do Estatuto, Souza Docca lembrava que os objetivos do Instituto iam além do fazer história do Rio Grande do Sul. Até porque isso seria um absurdo, já que a história regional estava estreitamente vinculada não só à do Brasil como à geral; assim como a história do Brasil não poderia ser escrita sem a de seus Estados, reiterando a razão pela qual se deveria escrever uma história regional integrada à história do Brasil.⁵³

Os estatutos votados e aprovados previam a seguinte composição diretiva: presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, orador, bibliotecário. O Instituto contaria com as comissões permanentes de: Fundos e Orçamento; Estatutos e Redação da Revista; História; Geografia; Arqueologia, Folclore e da Língua dos Indígenas; Admissão de

⁵² RANKE, Leopold von. **Pueblos y estados en la historia moderna**. México; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1948. (Prologo)

⁵³ Ver Discurso do orador oficial, tenente Souza Docca. op. cit., especialmente p. 133.

Sócios.⁵⁴ A primeira composição diretiva manteve-se durante os dez anos analisados sem grandes mudanças. Na realidade, houve rearranjos de cargos, principalmente nas Comissões Permanentes, conforme será discutido a seguir.

1.3 *Esta casa de estudos e trabalhos coletivos: Os Fundadores*

Estamos convencidos de que sem este instituto o Rio Grande do Sul continuará a ter e produzir muitos historiadores ilustres, mas temos as nossas dúvidas se a sua história será escrita como é mister que o seja, visto que para tanto nos parece indispensável o trabalho conjugado e harmônico de muitos. É assim que se tem realizado as mais perfeitas e mais profícuas obras humanas.⁵⁵

Durante as sessões preparatórias, foi discutido e resolvido que os sócios fundadores do Instituto deveriam ser os autores da história e da geografia do Estado; além desses, seriam admitidos os professores de história e geografia mesmo que não tivessem obras publicadas. Diferente do que estabeleciam os primeiros estatutos do IHGB⁵⁶, o Instituto gaúcho definia que “só poderá ser sócio efetivo o que, além de residir nesta Capital, provar sua capacidade de autor com a apresentação de um trabalho inédito ou já publicado sobre

⁵⁴ No quinto artigo dos estatutos do IHGRGS não constam Etnologia e Paleontologia. No entanto, na primeira nominata da equipe diretiva e das Comissões Permanentes há como designação de uma das Comissões Permanentes “Arqueologia, Etnologia e Paleontologia”. Ver: Estatutos do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul. **Revista do IHGRGS**. I Trimestre, Ano I, 1921.

⁵⁵ Discurso do orador oficial, op. cit., p. 129.

⁵⁶ Em 1851, são editados os novos estatutos do IHGB que tratavam “do alargamento, consolidação e profissionalização” da Instituição. A reformulação dos estatutos seguia o contexto de amplas mudanças. Em 1849 era inaugurada a sede no Paço da Cidade, configurando a “concretização” de inovações em sua identidade. Quanto às novidades no âmbito interno, do regimento de 1851 destacava-se a afirmação da estreita relação com o imperador, que se tornou seu novo protetor. Quanto à profissionalização do Instituto, poder-se-ia considerar os critérios de admissão que, mesmo ainda considerando relações sociais e pessoais, passou a exigir a apresentação de um trabalho em alguma das áreas de atuação do Instituto por parte dos novos sócios. Para mais detalhes acerca das mudanças ocorridas no IHGB a partir de 1849-50, ver: GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 1, 1988.

qualquer dos assuntos que o Instituto se propõe investigar”, demonstrando assim a importância da trajetória e do engajamento intelectual dos sócios.⁵⁷

Como já foi mencionado, o único sócio fundador honorário foi Borges de Medeiros. O estatuto previa que a categoria de honorário só poderia ser concedida a pessoas que se distinguissem pelo seu alto saber em um dos ramos dos conhecimentos humanos ou a altas autoridades que tivessem contribuído para a prosperidade do Instituto.⁵⁸ Em discurso de homenagem a Borges, o presidente Florêncio de Abreu ressaltava que, se não bastasse os exuberantes títulos do governador para a homenagem ora feita pelo Instituto, que se reconhecesse o apoio moral e a sua assistência de caráter material, traduzida na concessão de um espaço condigno para a guarda do arquivo, da biblioteca e para a celebração das reuniões da entidade.⁵⁹ Sendo assim, o governador enquadrava-se exatamente na disposição “contribuído para a prosperidade do Instituto”.

Em 1920, o IHGRGS contava com 52 sócios fundadores.⁶⁰ A atividade profissional destes associados era variada, dividindo-se em sua maioria entre advogados, jornalistas, militares e professores.⁶¹ Convém lembrar que o exercício das atividades referidas, ao longo deste período, estava direta ou indiretamente ligado ao engajamento em questões de fundo político-partidário. Esta relação fica ainda mais evidente se considerarmos

⁵⁷ Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Capítulo 2, Art. 6, 1921.

⁵⁸ *Ibid.*, Capítulo 2, Art. 8, 1921.

⁵⁹ Discurso do Dr. Florêncio de Abreu. *op. cit.*, p. 556.

⁶⁰ Vinte e sete deles foram admitidos no dia da fundação (05/08/1920). Outros vinte e cinco associaram-se seis dias depois, já que, segundo consta em matéria jornalística, “o tenente Souza Docca [...] levantou uma preliminar mandando que se considerassem sócios fundadores aqueles que, convidados, por motivo de força maior não puderam comparecer a primeira reunião” (**A Federação**. Porto Alegre, 12 de agosto de 1920. p. 5), mas que fossem exigidas, para a admissão de tais sócios, publicações de obras referentes à história ou à geografia. Também seriam admitidos os professores de história e geografia, como já foi falado. Os estatutos previam as seguintes categorias dentre os sócios: grandes-beneméritos, beneméritos, efetivos, correspondentes e honorários. A maioria dos sócios (trinta e oito deles) fazia parte da categoria dos efetivos, os demais eram correspondentes e, como já foi dito, Borges de Medeiros era o único fundador honorário.

⁶¹ Conferir os dados do Anexo III.

que, no contexto a República Velha, as redes sociais invariavelmente substituíaam o critério meritocrático na constituição das carreiras profissionais.⁶²

Especificamente quanto à sua direção, o IHGRGS esteve, durante a década de 1920, comandado por 33 sócios fundadores que constituíaam um grupo de letrados que pensavam a história e a geografia que deveriam ser auxiliadas pelas demais ciências “menores” (paleontologia, arqueologia, etnologia, etc.). Com relação aos cargos ocupados na direção da entidade, não houve, como já citado anteriormente, grandes mudanças ao longo do primeiro decênio da fundação. Considerando-se que, segundo os estatutos, “o mandato da Diretoria e das comissões permanentes será de 3 anos”⁶³ e, efetivamente, as eleições eram realizadas, nos anos 1920 ocorreram três pleitos. No entanto, alguns cargos permaneceram sob “o controle” do mesmo sócio. Como a reeleição era permitida, Florêncio de Abreu, por exemplo, foi o único presidente do Instituto durante o período, assim como os cargos de vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário e bibliotecário foram ocupados ininterruptamente por João Maia, Leonardo Truda, Eduardo Duarte e Armando Dias, respectivamente.

A função da equipe diretiva mais “disputada” era a de orador, a cada eleição era escolhido um novo sócio. Assim, revezaram-se nesta tarefa Aurélio Porto, Souza Docca e Adroaldo Mesquita. Não por acaso, duas das três figuras – Souza Docca e Adroaldo Mesquita – são os sócios que mais contribuíram para a Revista, seja como autores de textos inéditos, como comentadores/críticos bibliográficos e de documentos publicados, ou como tradutores. Todos estes sujeitos, tal como os que formavam as Comissões Permanentes, eram sócios efetivos fundadores, ingressos no IHGRGS no dia 05 de agosto de 1920.⁶⁴

A diretoria, durante a década de 1920, foi ocupada, portanto, por 33 sócios fundadores. A maioria deles nasceu durante o final do século XIX, em Porto Alegre e suas

⁶² Para um estudo de caso, ver: CORADINI, Odaci Luiz. A formação da elite médica no Brasil e seu recrutamento: confronto com o caso francês. **Cadernos de Ciência Política**: série pré-edições. Porto Alegre: UFRGS, n. 6, 1997.

⁶³ Estatutos do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul. Art. 19, 1921.

⁶⁴ Para mais detalhes, conferir o Anexo II.

carreiras profissionais eram compósitas, flutuavam entre profissões ligadas ao Direito, ao magistério e ao jornalismo.⁶⁵ Além das ocupações já citadas, havia também os militares e os padres que igualmente se destacavam.

Levando em conta as considerações de Sirinelli quanto à formação ou não de uma geração, considero que estes homens formavam uma geração que tinha na “solidariedade de idade” umas das peças de seu microcosmo.⁶⁶ Quando se observa seus extratos biográficos coletivamente é visível que esses homens passaram por experiências de um mesmo contexto. Participaram, seja através de seus laços familiares ou através de experiências pessoais, da conformação política do Rio Grande do Sul nos finais do XIX e começos do XX, e constituíram-se, de alguma forma, como apoiadores ou opositores do governo.

Quanto à missão de sistematizar o conhecimento histórico do Estado, vê-se que estes homens tinham em comum o objetivo de escrever uma história científica, percebida como um processo linear, marcada pela noção de progresso. Buscavam registrar uma história para que o resto do país viesse a conhecer e reconhecer o Rio Grande do Sul como mais uma parte dentro do mosaico da história do país. Homens que participaram do processo de sistematização do discurso historiográfico que teve como partida o conceito moderno de história. Assim, as aspirações dos membros do Instituto levam-me a caracterizá-los como uma geração que tem ainda como elemento fundador o estabelecimento e a permanência de um

⁶⁵ “Compósitas” é o termo utilizado por Coradini para definir a trajetória dos médicos que ocupavam as cadeiras da Academia Brasileira de Medicina durante o século XIX, quando os profissionais desempenhavam funções diversas ao longo de suas carreiras, principalmente funções públicas e cargos políticos. Neste sentido, os membros do Instituto enquadram-se em tal definição já que entre tantas funções, fazer parte da Instituição é mais uma tarefa por eles exercida. CORADINI, Odaci Luiz. op. cit.

⁶⁶ Quanto à formação de uma geração, o autor diz: “E esses efeitos da idade são às vezes suficientemente poderosos para desembocar em verdadeiros fenômenos de geração, compreendida no sentido de estrato demográfico unido por um acontecimento fundador que por isso mesmo adquiriu uma existência autônoma. Por certo, as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestação dessa geração e seus primeiros anos de existência. Mas uma geração dada extrai dessa gestação uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que a marcam por toda vida”. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 255.

espaço reservado para a construção da ciência *histórica moderna, herança de uma elite intelectual de tradição iluminista*.⁶⁷

O Instituto mantinha entre seus sócios, homens das mais variadas tendências político-partidárias. Apesar de Borges de Medeiros ser sócio honorário e muitas vezes agraciado e consagrado com grandes homenagens, entre os membros do Instituto havia homens da oposição. Estes tinham espaço em jornais ou eram seus donos e criticavam o governo, mostrando que o IHGRGS era um espaço de discussão e construção científica e que, portanto, não era tão “atingido” pelas paixões político-partidárias do cotidiano. O presidente da entidade dizia:

[...] a formação de um juízo impessoal dos fatos, será mister de nossa parte uma perfeita isenção de animo; e essa imparcialidade necessária exige que o nosso juízo recaia somente sobre os acontecimentos em relação aos quaes nós sejamos verdadeiramente a posteridade, evitando que as influencias do meio e as nossas próprias tendências políticas actuem sobre o nosso julgamento, desvirtuando a missão superior do Instituto.⁶⁸

Associados que participam de jornais da situação e da oposição, políticos engajados partidariamente ou não, o IHGRGS é o espaço da ciência que deveria ser neutra e objetiva. Lindolfo Collor, por exemplo, esteve no primeiro ano de inauguração do Instituto e não mais participou da instituição, porque logo se afirmou politicamente e passou a dedicar-se inteiramente à vida política-partidária como aliado de Borges.⁶⁹ Antão de Faria era opositor dos republicanos e fazia duras críticas, em seu jornal, a Homero Batista, mais

⁶⁷ Cabe aqui considerar a definição de Guimarães para o espaço formatado pelo IHGB, o que configura igualmente o perfil do IHGRGS: “[...] o espaço da academia de escolhidos e eleitos a partir de relações sociais, nos moldes das academias ilustradas que conheceram seu auge na Europa nos fins do século XVII e no século XVIII. O lugar privilegiado da produção historiográfica no Brasil [no caso do IHGB] [...] vincado por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista.” GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. op. cit., p. 5.

⁶⁸ Discurso do Dr. Florêncio Abreu e Silva. op. cit., p. 125.

⁶⁹ GRIJÓ, Luiz Alberto. Apóstata do germanismo ou alemão arrivista: a trajetória de Lindolfo Collor até a Revolução de 1930. **Anos 90**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, n. 15, 2001/2002.

tarde também sócio do Instituto. Uma situação análoga foi percebida por Manoel Salgado Guimarães em relação ao IHGB, no século XIX: “É interessante observar a este respeito a preocupação de alguns de seus mais destacados membros em não definir a instituição como oficial, mas fundamentalmente como uma instituição científico-cultural, e por isso mesmo neutra em relação a disputas de natureza política-partidária”.⁷⁰ O que, sem dúvida, quase cem anos depois, também seria uma das preocupações da entidade gaúcha.

⁷⁰ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. op. cit., p. 9. Ver, no caso do Instituto gaúcho, a grande querela interna estabelecida, nos anos de 1950, a partir da polêmica criada sobre a controversa figura de Sepé Tiaraju, envolvendo uma adversidade entre os sócios Moysés Velhinho e Mansuetto Bernardi, ambas personalidades conhecidas do meio político e cultural do estado. Para mais detalhes, consultar: NEDEL, Letícia Borges. **Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. Tese (Doutorado em História). Brasília: UnB, 2005.

CAPÍTULO 2

O PASSADO ESTÁ PREENHE DO FUTURO

A ESCRITA DA HISTÓRIA NO IHGRGS

“O passado está prenhe do futuro”. Este famoso axioma de Leibniz, apropriado por Lindolfo Collor, no primeiro artigo do primeiro número da RIHGRGS, estabelecia o objetivo dos homens que se reuniram para escrever a história no Rio Grande do Sul nos anos vinte do século XX, em Porto Alegre. A frase define o regime de historicidade que nortearia a produção da entidade. Para o historiador do Instituto o futuro seria o resultado de experiências vividas em um passado que não estava ultrapassado e que deveria ser sintetizado, por isso cabia à entidade recuperá-lo e conservá-lo, pois serviria de fundamento para ações dos homens no futuro.

A construção do discurso historiográfico no IHGRGS definiu-se de forma bem particular, como já foi observado. Através da fixação de regras e de normas que deveriam ser ressalvadas ao se escrever a história garantia-se a constituição de um saber científico. Além disso, a História, ciência maior, deveria ser auxiliada pela Geografia, Arqueologia, Etnografia e Paleontologia.

A partir da leitura dos textos compostos a partir dos enunciados voltados para a forma correta de se escrever a História, percebe-se que o pressuposto que garantia a boa história para os membros do IHGRGS era a construção de um discurso objetivo. Tal proposição afirmava-se por meio do distanciamento do autor, que mostrava a verdade, que utilizava como fonte documentos relevantes e que versava sobre fatos ocorridos a pelo menos meio século, certificando isonomia diante do que se escrevia. Além disso, a reescrita da

história era valorizada porque atualizava um relato exemplar, garantia de um futuro acertado e controlado.

No entanto, quando se lê os textos publicados e que, teoricamente, seguiriam os princípios estabelecidos para a escrita da história, vê-se a formação de um discurso histórico com nuances menos modernas. O conceito moderno de história dá espaço para uma incursão na formação de um discurso bastante subjetivo, repleto de posições dos autores, juízos – que valorizavam ou desvalorizavam, vangloriavam ou depreciavam determinadas passagens ou personagens da história sul-rio-grandense, brasileira ou geral. Tal discurso definiria uma hierarquia de testemunhos e documentos e a percepção de que a história não possuía um tempo singular, impossível de ser revisitado e de ser recuperado, mas que o mesmo poderia ser revivido sempre que necessário. Isto porque o passado era passível de ser repetido e aprendia-se com a recomposição do que já aconteceu, pois a história possui leis que proporcionavam recorrências. A esta história também caberia o papel de julgar o passado a partir da possibilidade de reconstituir-se o que exatamente ocorreu.

Tendo em conta este certo “descompasso” entre o que se definia como história teoricamente e o que se praticava, ao construir este discurso historiográfico, farei um exercício de identificação desta simbiose que caracteriza a história escrita no IHGRGS.⁷¹

2.1 *Descobridor de um novo mundo*: O autor, suas fontes e seu texto

Ao ler os textos publicados na Revista do Instituto que se referem diretamente à História e as atas publicadas na mesma, percebe-se que o método evocado ao longo das

⁷¹ Uso aqui as expressões “teoria” como forma de definir o que era apresentado nas atas, ou seja, o que era proposto ao longo das discussões estabelecidas para formatar um discurso histórico unísono, e “prática” como as características que identifiquei durante a leitura dos textos publicados. A intenção não é estabelecer uma espécie de hierarquia ou uma disputa entre ambas, mas identificar este traço como uma característica da produção deste lugar.

discussões acerca do como deve ser escrita a história pelo Instituto talvez não tenha seu correspondente exato nos artigos publicados por seus sócios. A teoria fala em um historiador que se confunde com um *compiler*⁷², enquanto a prática da escrita mostra autores que, além da narração, fazem comentários e juízos pessoais acerca do que escrevem. Quanto ao autor, ele está presente em toda a sua produção, estabelecendo seus juízos e comentários, mostrando sua erudição e seu estilo. As fontes são tratadas de acordo com seu status, ou seja, são percebidas, grosso modo, de duas formas: ou são falsas ou são verdadeiras. A partir de tal definição lhes são atribuídas sua importância. Os motivos pelos quais se toma a fonte como fidedigna ou não são expostos de forma explícita ao longo dos artigos. Os textos apresentam uma certa uniformidade: são assinados, trazem um grande número de notas de rodapé, carregam o estilo de escrita de seus autores e trazem a verdade em suas páginas.

* * *

Em sua obra acerca da nota de rodapé, Anthony Grafton assinala a importância deste signo da técnica da profissão do historiador, dizendo:

[...] as notas de rodapé são importantes para os historiadores. De certo modo, elas constituem nas ciências humanas um equivalente das referências a dados nos relatórios científicos: fornecem suporte empírico para as histórias contadas e os argumentos apresentados. Sem elas, pode-se admirar ou desaprovar as teses históricas, mas não

⁷² Ao analisar o caso de Fustel de Coulanges, Hartog retoma a classificação medieval das funções de quem escreve para definir o tipo de escrita do historiador moderno, que se constituem nas seguintes: “O *commentator* é aquele que escreve suas palavras e as dos outros, mas sobretudo as dos outros, e as suas como que em anexo; o *scriptor*, aquele que escreve apenas as palavras dos outros, sem nada acrescentar e sem nada alterar; o *compiler*, aquele que escreve apenas as palavras dos outros, mas acrescentando-lhes palavras oriundas de outros autores; o *auctor*, enfim, aquele que escreve sobretudo as suas palavras, e as dos outros como que em anexo.” Considerando tal classificação, Hartog ainda observa que “Oscilando do *auctor* ao *scriptor*, o historiador moderno apareceria e reapareceria de preferência com traços do *compiler*, esse que, visando a anular-se como autor, acrescenta ao texto notas cada vez mais numerosas e eruditas, tendendo até, a rigor, a converter-se em *scriptor*, ou simples copista [...]”. Como veremos, as discussões do como deveria ser escrita a história do Instituto apresentam de forma mais ou menos definida estas disposições. HARTOG, François. **O século XIX e a história**: o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2003. p. 128.

verificá-las ou refutá-las. Como prática elementar profissional e intelectual, elas merecem o mesmo tipo de escrutínio que as anotações de laboratório e os artigos científicos receberam de historiadores da ciência.⁷³

O enunciado, segundo minha análise, descreve exatamente a função do rodapé nos escritos publicados através da RIHGRGS. Os artigos apresentavam notas que traziam tanto referências bibliográficas como esclarecimentos acerca do que estava sendo tratado. Como já foi explicitado anteriormente, quando se referiam à metodologia da edição dos trabalhos na Revista previa-se a inclusão das notas de rodapé pronunciando: “[...] e cuja publicação, sempre que fôr oportuno, será acompanhada de notas e comentarios explicativos do texto original”.⁷⁴ As notas eram utilizadas como um recurso metodológico no sentido mais estrito, ou seja, trazer novas informações que legitimassem o que estava sendo afirmado pelo autor através de uma fonte que já havia estabelecido o mesmo anteriormente por outro. Tal prática levava à configuração de um discurso coletivo, isto é, o autor não estava sozinho com suas assertivas, ele trazia consigo uma plêiade que corroborava seus temas, suas posições e suas conclusões.⁷⁵

Ademais, o uso destas notas também visava demonstrar a erudição de quem estava escrevendo, mostrar o quanto além do texto escrito o autor conhecia, o quanto era especialista no assunto ou quantos documentos foram consultados ao longo da pesquisa para a escritura do seu artigo. O exemplo interessante a ser observado é o texto de Aurélio Porto sobre a constituição do território do Rio Grande do Sul.⁷⁶ Em quinze páginas, o autor insere sessenta e seis notas de rodapé, considerando ainda que as primeiras cinco páginas, onde há uma breve

⁷³ GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papyrus, 1998. p. 7.

⁷⁴ COLLOR, Lindolfo. op. cit., p. 6.

⁷⁵ Quanto a esta proposição, Grafton destaca: “Elas [as nota de rodapé] refletem os estilos de diferentes comunidades científicas nacionais [...] Elas podem se referir não apenas às fontes exatas dos dados dos cientistas, mas também a teorias mais gerais e a escolas teóricas com as quais desejam ou esperam ser associadas.” GRAFTON, Anthony. op. cit., p. 23. Exemplo dos homens do Instituto que comungavam de um discurso coletivo, o dos cientistas.

⁷⁶ PORTO, Aurélio. Um capítulo da história territorial do Rio Grande do Sul. **Revista do IHGRGS**. I e II Trimestre, Ano IX, 1929.

introdução do tema a ser tratado, contam com apenas oito notas; todas as demais estão concentradas nas páginas restantes, concernentes ao conteúdo da documentação.

Em seus rodapés, Aurélio Porto mostra um incessante trabalho de arquivo, trazendo referências de um grande número de documentos do século XVIII, tais como instruções e autos de posses de sesmarias concedidas ao longo da fronteira do Rio Pardo. Os pés de página do autor evidenciam não só o trabalho exaustivo do historiador no arquivo ao localizar, copiar, analisar a documentação encontrada como o cruzamento dos documentos. Recuperando muitas informações resultantes do método aplicado ao estudar o que foi coligido, Porto demonstrava, por exemplo, a composição das sesmarias, quem as concedeu, seus donatários, seus limites, entre outras informações.

As notas deixavam claro o árduo e solitário trabalho do historiador que não se resume a coleta de documentos, mas a usá-los de maneira crítica, definindo uma diferença entre a tarefa dos historiadores e a dos antiquários. Ainda como explicitação da diferença entre o trabalho do antiquário e do historiador moderno, posso apontar que, essencialmente no caso de Aurélio Porto, as notas servem como uma técnica de distinção na construção do discurso historiográfico profissional moderno apregoado pelo Instituto. Grafton afirma que:

[...] ela [a nota de rodapé] identifica a obra de história em questão como a criação de um profissional. [...] o murmúrio da nota de rodapé na página do historiador reafirma: o tédio que ela inflige [...] não avança aleatoriamente, mas diretamente, como parte do custo exigido pelos benefícios da ciência moderna e da tecnologia.⁷⁷

Aqui está a descrição do texto de Aurélio Porto que é árido, de leitura truncada, graças ao grande número de notas apresentadas, mas que nenhum de seus pares poderia descaracterizá-lo enquanto o resultado de uma produção eminentemente histórica.

⁷⁷ GRAFTON, Anthony. op. cit., p. 16.

Outro exemplo de utilização do rodapé está na publicação de memórias ou na reprodução de documentos, quando este também é uma constante. Na edição das memórias de Manoel Alves da Silva Caldeira, referentes ao movimento farroupilha, a primeira nota inserida ao texto é a seguinte:

Continuamos no presente numero a divulgar o que em nossos archivos possuímos com referencia ao nosso memoravel decennio de 1835-45. Hoje divulgamos a memoria escripta em forma de missiva por Manoel Alves da Silva Caldeira, que foi um dos legionarios da republica farroupilha. É um trabalho inédito e de poucos conhecido. Já no ultimo período de sua vida, em avançada idade, o Velho Caldeira transportou para o papel as suas impressões sobre o grande movimento, em que tomou parte com grande enthusiasmo, empolgado pela idêa dominante da epocha. Combateu, derramou o seu sangue, jamais teve esmorecimentos no ardor da luta. Foi um bravo. Testemunho dos factos por elle descriptos, o seu depoimento tem valor, e como tal o consideramos, comquanto nem sempre estejamos de accordo com os conceitos nelle expedidos. De qualquer forma, porem, é um subsidio interessante que apresentamos aos estudiosos da nossa historia, e dahi o integra-lo na luz da publicidade. (N. B.)⁷⁸

O texto de Manoel Caldeira era parte de uma série de documentos inéditos do arquivo do Instituto sobre o movimento farroupilha, os quais vinham sendo publicados desde a Revista de 1923. São quase cem páginas e a única nota é a acima reproduzida, onde se estabelece o argumento que motivou sua reprodução, pois se tratava do relato de quem lá esteve. A nota também deixa muito clara sua importância porque, para além de trazer um testemunho genuíno de quem participou do que estava sendo relatado, tratava-se também de um homem de bem que lutou como “um bravo”; portanto, este depoimento só poderia ser fidedigno.

Também é interessante notar como a Instituição posiciona-se diante de tal documento. Mesmo dizendo que poderia não concordar com tudo, tomava para si a

⁷⁸ CALDEIRA, Manoel Alves da Silva. Apontamentos para a história da Revolução de 1835-1845. **Revista do IHGRGS**. III Trimestre, Ano VII, 1927. p. 345.

responsabilidade de divulgar documento de tamanha importância. Assim, mostrava-se o quanto a instituição preocupava-se em dar a “luz da publicidade” a documentos diversos, inclusive aos que não expressavam, em sua íntegra, a posição da mesma. Se os apontamentos tinham valor enquanto fonte, ao Instituto caberia salvá-lo do esquecimento, cumprindo sua tarefa de proteger o passado e as tradições dos gaúchos, divulgando “documentos e publicações de merecimento relativos ao Rio Grande do Sul”.⁷⁹

Outra característica dos artigos analisados corresponde à identificação de um certo estilo ao longo dos textos. O IHGRGS apregoava como princípio um método científico que objetivava um texto narrativo ocupado com os fatos históricos, sem intervenção do autor e que primava pela “verdadeira história [que] está nos arquivos”, posto que esta deveria ser escrita com “frieza de ânimo” e “apreciando os factos na linguagem calma, desapaixonada, apresentar os vivos e os mortos, taes quaes são ou taes e quaes foram”.⁸⁰ Todavia, os textos também garantiam o reconhecimento por parte de seus pares graças ao seu estilo, como mostra a referência elogiosa ao trabalho de Aurélio Porto: “O trabalho do illustre confrade agradou sobretudo não só pela maneira elegante com que soube expor o tema escolhido como por tê-lo amparado em farta documentação, na maior parte inédita, que encontrou em pesquisas feitas no Arquivo Historico do Estado”.⁸¹

O comentário acima mostra que o texto do historiador, além de coletar e fundamentar sua produção em uma farta documentação praticamente inédita, poderia e

⁷⁹ Estatutos do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul. Art. 2º, paragr. único, 1921. Este parágrafo refere-se ao que deveria ser publicado na RIHGRGS. Com respeito a este ponto, Le Goff discute a questão do documento postulando a relação documento/monumento. Como observa o autor, o documento constituía-se através da “escolha entre os vestígios, privilegiando, em detrimento de outros, certos monumentos, em particular os escritos, [...] nos quais, submetendo-os à crítica histórica, se baseava”. Nesta perspectiva, o Instituto agregava aos documentos por ele selecionados o valor de monumento. LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. p. 525.

⁸⁰ Américo Braziliense na Acta da Sessão de Instalação e Posse. **Revista do IHGRGS**. I Trimestre, Ano I, 1921. p. 131.

⁸¹ Acta da 32ª Sessão Ordinária (07/07/1929). **Revista do IHGRGS**. III Trimestre, Ano IX, 1929. p. 700. Com relação ao estilo, gostaria de lembrar que quando da profissionalização e da ambição de tornar-se uma ciência, tal como as ciências da natureza, o discurso histórico deveria, mais do que nunca, distanciar-se da literatura, do romance e aproximar-se cada vez mais do modelo do discurso objetivo das ciências duras. Assim, a preocupação com uma escrita mais subjetiva, portanto, menos científica deveria ser esquecida por parte dos que realmente almejavam a construção de um conhecimento eminentemente científico.

deveria apresentar uma forma de escrita que trouxesse uma marca pessoal. Esta marca, no caso do autor em questão, tratava-se de uma escrita muito preocupada em mostrar o trabalho do historiador como homem de arquivo, alguém que conhecia muito bem a documentação disponível. Esta característica do ofício do historiador era evidenciada por Aurélio Porto ao longo da sua produção, como acima mencionado, através do grande número de notas de rodapés que o artigo apresenta.

Por outro lado, levando em conta as publicações analisadas, a produção do autor em discussão parece-me um caso bem singular. Normalmente, o texto árido de Porto dá lugar a artigos que apresentam outras características mais ligadas, por exemplo, à estratégia de estabelecer um diálogo entre o escritor e o leitor. Este aspecto pode ser observado através da apresentação de questões a quem consultava os artigos, ou chamando a atenção do leitor para temas que já haviam sido tratados em outras seções e que estavam sendo novamente explorados, ou mesmo mostrando que o assunto seria tratado com mais minúcias nas “próximas páginas”. As publicações utilizavam uma série de argumentos para manter a atenção de quem estava lendo e, de alguma forma, criar uma cumplicidade entre quem escrevia e quem lia. Por isso, considero que o estilo, mesmo que não sendo alvo direto das discussões teóricas a respeito do como escrever a história e, portanto, não sendo estabelecido como parte do método, era valorizado pelos pares que avaliavam a produção que seria apresentada e legitimada pelo Instituto. Mesmo sendo visto como um sinal de uma forma ultrapassada de construir o discurso historiográfico – mais ligado ao conceito antigo de história – quando não havia uma preocupação em frisar diferenças entre a história e a literatura, o Instituto não nega a cientificidade aos textos carregados de estilo.

Quanto à discussão sobre a questão do estilo no discurso histórico, Peter Gay diz:

[...] a apresentação não-literária do material histórico possui uma tradição longa e respeitável atrás de si, quase tão longa – e quase tão

respeitável – quanto a tradição que se iniciou com Heródoto e Tucídides. Podemos ler a história de diversas maneiras, mas uma maneira proveitosa consiste em vê-la como um debate inconcluído entre os defensores da beleza com verdade e os defensores da verdade sem beleza. [...] cada protagonista sugere cerimoniosamente ao outro que a discussão é de fato redundante, visto que a ciência não precisa ser tediosa, e a arte não tem por que ser imprecisa. Mas, rixento ou cortês, o debate, pelo visto, continua.⁸²

A partir da análise de Gay, o estilo é rechaçado porque o discurso dos historiadores tem a preocupação com a verdade, o que difere a ciência da ficção. Sendo a verdade a proposição maior da história, a retórica não deve constituir-se como uma característica da escrita do historiador.⁸³ No entanto, para este autor, o estilo é importante para a preleção do fazedor de história:

O estudo do estilo, portanto, dá a entender que o historiador não encerra sua tarefa ao compreender as causas e o curso dos acontecimentos. A narrativa histórica sem análise é trivial, a análise histórica sem narrativa é incompleta. As monografias não precisam ser artísticas, ainda que em mãos habilidosas possam lograr sua qualidade estética própria. Mas a morada da história, à qual são tão indispensáveis as monografias, além de segura, precisa ser agradável. Do contrário, por mais que ali esteja, nem o turista casual nem o conhecedor cultivado se dará ao trabalho de visitá-la.⁸⁴

As publicações do Instituto mostravam tal inquietação. Ao incluir comentários e juízos de valor e tentar fundar um diálogo de cumplicidade com quem o lê, ao que me parece, os autores tentam criar uma atmosfera que envolve a segurança de um trabalho científico e uma forma agradável de expor o resultado a que chegaram.

Neste sentido, é também interessante identificar outras recorrências que apontam para a mesma direção.

⁸² GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.169.

⁸³ Ao referir-se ao papel da verdade na história e na literatura, Gay destaca que a verdade aparece na ficção como cenário para personagens inventados. Cenários extraídos de contextos concretos, mas que servem como expediente para “[...] facilitar o ingresso do leitor no mundo fictício que lhe foi criado pelo escritor. A verdade é um instrumento opcional da ficção, não sua finalidade essencial.” Ibid., p.172.

⁸⁴ Ibid., p.171.

Suposições apresentadas ao longo dos artigos são constantes, como, por exemplo, mostram alguns excertos da narrativa de Geraldo Pauwels: “Se, porém, fôr em consequencia do principio de o sertão corresponder á testada no litoral [...]”.⁸⁵ E mais ainda:

Pois bem: se assim é um facto que por decisão official o sertão até o Pelotas pertencia ao Rio Grande, impõe-se a conclusão de com grande probabilidade ter ficado dentro das suas raias também a testada que lhe corresponde, exactamente em consequencia da antiga praxe de demarcar as capitánias só pelo litoral [...].⁸⁶

Considerando os excertos, percebe-se que o autor estabelece um diálogo com seu leitor e faz suposições a partir do que não é atestado diretamente pelos documentos, mas posto como uma estratégia para manter uma convivência com o leitor, como se as conclusões e as suposições do autor fossem aceitas e compartilhadas por seu público. Na verdade, tanto as suposições quanto as conclusões podem ser expressas pelo autor porque este leva em conta o contexto do período, era tido como “praxe”, ou seja, a prática do período estudado por ele o permitia chegar a tais análises. Isto mostra que, além de consultar os documentos, Geraldo Pauwels conhecia o contexto do momento histórico que estava sendo analisado por ele, assim como, de alguma forma, seu leitor também partilhava deste saber.

* * *

As fontes utilizadas para a escrita dos textos dos historiadores do Instituto constituem-se, essencialmente, de documentos e testemunhos. Quanto à diversificação de fontes a serem usadas, é exemplar a explicação de José Paulo Ribeiro:

⁸⁵ PAUWELS, Geraldo J. Descrição geográfica e histórica da divisa litigiosa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catharina. **Revista do IHGRGS**. III e IV Trimestre, Ano VI, 1926. p. 352.

⁸⁶ Loc. cit.

Prescindindo de demonstrações atinentes aos periodos historicos e de conquistas de Portugal e Espanha na América do Sul, até as tentativas e trabalhos organizados relativos á delimitação de seus domínios, prescindindo de tudo isto, de minucias escusadas, utilizar-me-ei então dos tratados ajustados entre as duas Corôas, no que for applicável ás razões basicas e prefixadas deliberações praticas com que se instruíram as “Partidas” demarcadoras, de accôrdo com as instrucções expedidas.

Ser-me-á então necessario compulsar esse passado remoto, historico, em auctores de valor, em titulos, em textos, em mappas e outras fontes consultativas, para chegar desassombradamente ao conhecimento de causas que convem não desprezar, e desfazer a nuvem que, por ventura, possa ainda ensombrar, nesse ponto, o passado da minha Patria, e a hombridade e a correcção com que procedeu o governo Imperial, conseguindo a solução desse litigio “em discussão franca e amigavel”, sem a minima lesão em “um palmo de terra” do territorio republicano.

O compulso ou exame em documentos de tal natureza, archaizados, commettidos á critica da historia, tem incontavel valor elucidativo; são fontes permanentes que conservam “ad-aeternum”, a lisura e a uniformidade da applicação que tiveram, consubstanciando direitos adquiridos e principios elaborativos de uma nacionalidade que se desenvolveu e tomou seu norte pela senda do progresso e da civilisação.⁸⁷

O autor apresenta os mais variados tipos de fontes que lhes seriam fundamentais para a escrita de um texto esclarecedor, não só sobre o litígio estabelecido (limites entre os territórios das duas Coroas), como para demonstrar o quanto o Império brasileiro foi valoroso. Interessante notar que eram utilizados documentos oficiais (“tratados ajustados”) e textos de outros autores; porém, não qualquer autor, mas “autores de valor”. São necessariamente estas fontes que oportunizariam “compulsar esse passado remoto, histórico” e levariam a “desfazer a nuvem” que poderia pairar sobre o assunto tratado. Ribeiro atenta para uma característica importante que determina o estatuto do documento, ou seja, os vestígios por ele utilizados foram submetidos à crítica da história e, por isso, confiáveis e elucidativos.⁸⁸

O autor finaliza seu texto da seguinte maneira:

⁸⁷ RIBEIRO, José Paulo. Uma interrogação histórica. **Revista do IHGRGS**. III Trimestre, Ano I, 1921. p. 378.

⁸⁸ Interessante notar incorporação do trecho “archaizados, commettidos á critica da historia” se considerarmos que o adjetivo “archaizados” refere-se ao ato de retirar ervas daninhas. Ao que me parece, Ribeiro evidencia com o uso desta expressão que cabe à crítica da história separar, definir o que é legítimo enquanto fonte – o documento – do que não o é.

Deante de factos tão expressivos, tão concretos, é possível attribuir ao Governo Imperial o facto de ter lesado o territorio uruguayo, tirando-lhe qualquer extensão *a fortiori*?

Não.

A justiça da historia que é a do tempo; o concurso de circumstancias elucidativas acerca desse antiquissimo litigio; os tratados primitivos sobre essa fronteira e suas instrucções; a cartographia antiga bem como a moderna; os actos possessorios que desde tempos remotos vinha Portugal exercendo nessa região, e continuados pelo Brasil desde sua independencia, tudo isto protesta contra tal versão e proclama bem alto a honestidade do Governo Imperial e a correção do seu procedimento, altamente nobre para com a republica vencida.⁸⁹

Ribeiro elenca, nos últimos parágrafos de seu artigo, de forma sistematizada, estabelecendo um diálogo, uma parceria com o leitor, o tipo de documentação utilizada e analisada. Uma documentação constituída basicamente de fontes oficiais, o que possibilitou coligir “fatos tão expressivos” que absolvem, através da história, o Governo Imperial. Penso que o excerto mostra que, segundo a concepção de história propagada pelo Instituto, o objetivo da história também era trazer à luz fatos considerados importantes sobre os quais ainda possa pairar algum tipo de dúvida. O emprego de uma documentação legitimada pelo uso de “autores de valor” e previamente selecionada e reconhecida resolvia questões controversas que, a partir de então, seriam definitivamente esclarecidas, de forma positiva ou negativa, pela posteridade.

Ainda com relação às fontes, pode-se notar a preocupação entre os historiadores com uma postura crítica diante das mesmas, como, por exemplo, a posição de J. B. Hafkemeyer exposta no texto a seguir:

Desvelar de todo a politica e as intrigas de Pombal nunca será possível, porque o ministro antes de largar o poder, destruiu os documentos mais comprometedores e os documentos forjados por ele trazem sempre as duas caras de Pombal. Mas nem por isso alguns

⁸⁹ Ibid., p. 381.

destes documentos correm ainda hoje como moeda corrente e bôa, por mais que sejam provadas falsificações grosseiras. Teve a obra sempre uma grande prova da sua veracidade – os factos.⁹⁰

Vê-se que há uma preocupação em mostrar que os documentos, mesmo os “oficiais”, são passíveis de alterações, evidenciando o limite das fontes e a importância de uma posição crítica diante delas. No caso de J. B. Hafkemeyer, percebe-se sua posição crítica diante da documentação de Pombal ao referir-se “as duas caras de Pombal”. Posto que o ministro, mesmo tendo selecionado ou falsificado a documentação, não tem como forjar a verdade, já que ela estava circunscrita no que estaria para além do documento, os fatos. Mais uma vez é reconhecida a importância dos fatos que foram selecionados pelo historiador e, mais do que a importância, a imparcialidade e a veracidade de que se constituem.

Porém, não se pode perder de vista que se tratava de um jesuíta escrevendo acerca da história dos jesuítas durante o ministério de um governante que, como se sabe, era partidário do processo de expulsão de tais religiosos do Novo Mundo. Neste sentido, seria mais “fácil” praticar a crítica a documentos que foram produzidos ao longo do governo do “inimigo”. No entanto, quando são citados os testemunhos ou os documentos produzidos pelos jesuítas do “passado”, o jesuíta do “presente” é menos incisivo em suas críticas quanto à falsificação de fontes. Para ele, usar o testemunho ou documentos produzidos por tais religiosos significava contar a verdade dos fatos, porque os vestígios eram oriundos de quem viveu ou de quem ouviu de quem viveu o passado relatado através das fontes consultadas pelo autor que lhes dá voz.⁹¹

⁹⁰ HAFKEMEYER, João Baptista. História dos jesuítas no ministério do Marquês de Pombal: extraída de manuscritos por Cristóvão Theophilo de Murr nova edição correta por J. B. Hafkemeyer, S. J. **Revista do IHGRGS**. I e II Trimestre, Ano III, 1923. p. 5.

⁹¹ Considerando o tipo de fonte elencada nos textos analisados, percebe-se na seleção das fontes uma característica apresenta por Ranke quando expõe seu método e suas fontes. O historiador diz tratar-se de “una serie de **memorias, diarios, cartas**, memoriales de embajadores y **relatos directos de testigos presenciales** de los hechos historiados. Sólo hemos recurrido a **otra clase de escritos** en los casos en que **éstos aparecían basados directamente en aquellos testimonios o acreditaban**, en una medida de más o menos grande, **un conocimiento original de los mismos.**” RANKE, Leopold von. op. cit., p. 38. Grifos meus. Herdeiro da

Este texto de Hafkemeyer leva-me a refletir sobre a complexa relação entre o historiador e os fatos. Tal relação foi objeto de um estudo de E. H. Carr. O pesquisador refere-se a esta tensão pronunciando:

Os documentos eram sacrário do templo dos fatos. O historiador respeitoso aproximava-se deles de cabeça inclinada e deles falava em tom reverente. Se está nos documentos é porque é verdade. Mas o que dizem esses documentos [...] quando nos ocupamos deles? Nenhum documento pode nos dizer mais do que aquilo que o autor [dos documentos] pensava [...] Nada disso significa alguma coisa, até que o historiador trabalhe sobre esse material e decifre-o. Os fatos, mesmo se encontrados em documentos, ou não, ainda têm de ser processados pelo historiador antes que se possa fazer qualquer uso deles: o uso que se faz deles é, se me permitem colocar dessa forma, o processo do processamento.⁹²

Portanto, os fatos só constituem-se como tais a partir da seleção do historiador, e a mesma é resultado de um determinado contexto que o conduz este processo. Há uma relação de reciprocidade entre o historiador e seus fatos.

As conclusões de Carr, a meu ver, servem para caracterizar a produção de Hafkemeyer e, sobretudo, a escrita definida pelo Instituto. Tendo em conta o texto deste jesuíta, vê-se que o autor processou uma seleção de fatos constituídos através de documentos, os quais também são resultados de uma produção e de uma opção de seus autores. Esta intervenção foi mediada a partir da experiência, do contexto vivido por indivíduos de uma ordem religiosa que foi prejudicada durante a gestão de Pombal. E este é o perfil do trabalho dos historiadores do Instituto que se valiam de fatos e de documentos selecionados segundo seu horizonte de expectativas.

concepção de história inaugurada por Ranke, o IHGRGS mantém o princípio da autoridade de testemunhos oculares para legitimar o uso de determinadas fontes.

⁹² CARR, Edward Hallet. O historiador e os fatos. In: Idem. **Que é história?**: conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 18.

Nas palavras de Carr, o historiador, incluindo aqui os homens do IHGRGS, é necessariamente um selecionador.⁹³ Portanto, a história escrita e aceita pela instituição é o resultado da relação de igualdade e de reciprocidade entre os historiadores e os fatos eleitos pelos mesmos.

Aqui cabe refletir sobre o que validava uma fonte, onde estavam as “marcas de verdade” dos documentos usados, o que tornava um testemunho verdadeiro e o que o tornava sem relevância enquanto fundamento para um trabalho histórico. O próprio Hafkemeyer legitimava suas fontes afirmando:

O autor [diz Murr – sendo citado por Hafkemeyer – que se considerava editor e não autor, os autores para ele seriam os missionários da Companhia de Jesus], testemunho ocular, descobre muita coisa que justifica a inocência de tantos perseguidos. A verdade por mais que seja oprimida pelos inimigos dos jesuítas não se verga nem ao poder real nem ao despotismo.⁹⁴

E mais adiante: “Encontramos nestas memórias dados que nos habilitam a formar um juízo seguro a respeito do carácter do Padre Malagrida. [refere-se às memórias de uma condessa que ‘estava debaixo da direção do Padre Malagrida’]”.⁹⁵ O historiador fundamentava seu texto utilizando testemunhas que tiveram relações próximas e positivas com os jesuítas e mesmo assim, ou melhor, exatamente por isso são testemunhos fidedignos. Testemunhos oculares que trazem “marcas de verdade” em suas falas porque lá estiveram, participaram ativamente do processo. Considero aqui o princípio da autópsia que, segundo Cezar, constitui-se em:

[...] recurso fundamental à conversão de um texto em fonte fidedigna do passado, as “marcas de verdade” [no caso, dos relatos quinhentistas] são efeitos, em proporção não negligenciável, do *olhar*,

⁹³ Ibid., p. 15.

⁹⁴ HAFKEMEYER, João Baptista. op. cit., p. 11.

⁹⁵ Ibid., p. 204.

ou, sobretudo, da *autópsia*, ou seja, “o olho como marca de enunciação, de um *eu vi* como intervenção do narrador no seu relato, para provar”. [...] a *autópsia* é também, em grande medida, a condição que justifica o texto nos séculos que se seguem: é somente porque o autor realmente viu o que se passou que seu texto torna-se uma fonte histórica (ou literária).⁹⁶

Sem dúvida, uma das formas de consagrar os enunciados das fontes consultadas pelos autores do Instituto é explicitar, ao longo dos textos, que os testemunhos apresentados escreveram o que viram ou ouviram de quem viu. Proferir tais qualidades estabelece as marcas de veracidade dos vestígios usados para construção de suas publicações.

Carlos Teschauer, em seu artigo sobre a vida e a obra de Roque Gonzalez, assim legitimava o uso de determinada bibliografia:

O P. Pedro Lozano tinha entre seus contemporaneos a fama de homem douto e de historiador consciencioso e erudito. E esta opinião, longe de diminuir, cresceu com a publicação de outras obras suas, a ponto de ser tido hoje por uma das mais graves autoridades na historia da America do Sul. Citam-no frequentemente historiadores, viajantes, geographos, naturalistas de diversas nações e linguas. Tanto mais é de extranhar sabermos tão pouco sobre a vida de homem tão notável. [...] Residia habitualmente no collegio Maximo em Córdoba de Tucumán; suas obras, porém, dão testemunho de frequentes viagens.⁹⁷

Partindo da leitura deste trecho, vejo que Teschauer ressaltava fundamental a sua produção a partir de um autor notório, reconhecido entre seus pares, autoridade no assunto tratado. Explicitava a trajetória dos estudos do autor, o que reafirmava sua competência enquanto cientista. Constatava que suas obras eram empregadas não só por historiadores (assim como Teschauer), como por outros cientistas e viajantes. Aliás, ao que parece, uma das qualidades evidenciadas do P. Lozano, além de sua erudição, é sua disposição para viajar.

⁹⁶ CEZAR, Temístocles Américo Correa. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587): ensaio sobre uma operação historiográfica. **História em Revista**. Pelotas: NDH/UFPEL, v. 6, dez. 2000. p. 39.

⁹⁷ TESCHAUER, Carlos. Vida e obras do Pe. Roque Gonzalez de Santa Cruz, S. J. primeiro apóstolo do Rio Grande do Sul (contribuição para a história da civilização no Brasil). **Revista do IHGRGS**. III Trimestre, Ano VIII, 1928. p. 423.

Esta qualidade valorizava ainda mais o autor, pois escrevia acerca do que viu, do que experimentou. Além disso, era fonte para outros viajantes, que igualmente tinham a experiência do vivido e, mesmo assim, o consultavam como fonte de conhecimento. Aí estava mais um sinal de que o que foi escrito por este homem era digno de nota.

Pauwels, em seu texto sobre a divisa litigiosa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, qualificava sua bibliografia dizendo: “Nem vão pensar que aqui se apresente a opinião isolada dum incompetente; achamo-nos, por ex., na companhia certamente bôa e insuspeita de Silva Mafra [...]”.⁹⁸ Este também definido em nota de rodapé como “notável escriptor”, denotando o quão relevante era identificar as fontes consultadas pelos historiadores. Eles não estavam sozinhos, falavam e tinham como fundamento um material que legitimava um estudo científico e não uma opinião leviana construída a esmo.

Souza Docca, por sua vez, afirmava que seu texto havia sido escrito com base em um testemunho duplamente validado, pois, “Foi escrita esta Memoria por uma testemunha ocular a quem se comunicarão, além disso, por ordem superior, diversos documentos officiaes”.⁹⁹ Portanto, salientando tratar-se da memória de alguém que esteve lá e que ao mesmo tempo era portador de documentos oficiais, o autor evidencia uma dupla validação para sua fonte.

Os testemunhos utilizados como fonte eram sempre qualificados ao longo do texto. Adjetivados como “sabio protestante”, como tendo o “bom nome de cientista”, as testemunhas são valorizadas, no artigo, como já salientado, por suas qualidades pessoais e também por relatarem o que viram ou ouviram de quem viu. Assim, Hafkemeyer estabelece o que considera uma fonte presencial qualificada:

⁹⁸ PAUWELS, Geraldo J. op. cit., p. 338.

⁹⁹ DOCCA, Souza. República rio-grandense: subsídios para sua história: memória histórica sobre as causas e os acontecimentos que mais imediatamente precederam a sedição de 20 de setembro de 1835, na cidade de POA, capital da Província do Rio Grande do Sul. **Revista do IHGRGS**. III e IV Trimestre, Ano III, 1923. p. 401.

Murr entretinha largas relações com sábios de todas as nacções, e, entre estes, com alguns jesuitas de diferentes partes do mundo. Era deste modo que estava bem provido de noticias a respeito destes religiosos, naquele tempo em toda parte proscriptos. Ao homem de bem indignou o tratamento injusto e até feroz que muitos desses sofreram e esta indignação induziu-o várias vezes a defender seus amigos literarios.¹⁰⁰

Logo em seguida, a testemunha (Murr) conta como constituiu seu juízo acerca do que escreveu: “A minha defesa espontanea dos jesuitas sabios se fundamenta na maior parte dos livros escriptos pró e contra a Ordem, nas colecções deles que fiz em tantas viagens e nos factos”.¹⁰¹ O autor mostra o quanto é valioso e fidedigno tal testemunho, pois era a voz de quem esteve lá ou porque se tratava de quem ouviu de quem presenciou de fato tal acontecimento. Mais uma vez reafirma que Murr (a testemunha) era um “homem de bem” e que por isso não poderia deixar de tomar uma posição diante da injustiça imposta aos jesuítas. Murr, por sua vez, esclarece o motivo pelo qual tomou sua posição: analisou os dois lados, viajou e apropriou-se dos fatos. Quanto ao esclarecimento de como a testemunha constituiu sua posição, vale retomar as considerações de Hartog quando marca a diferença entre *histôr* e *martus*, questionando:

[...] se ambos têm em princípio (não se trata de dizer somente) ouvidos? O que muda de um para o outro é o contexto de intervenção e suas relações respectivas com o tempo. O *histôr*, que intervém em uma situação de litígio, é requerido pelas duas partes, escuta ambas, ao passo que o *martus* só se preocupa com um único lado, mais exatamente, há apenas um.¹⁰²

A partir disso, considero que para o método científico postulado pelo Instituto tal era o princípio que diferenciava a testemunha (*martus*) do historiador (*histôr*); ou seja, à

¹⁰⁰ HAFKEMEYER, João Baptista. op. cit., p. 9.

¹⁰¹ Ibid., p. 10.

¹⁰² HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS. 2001. p. 23.

testemunha caberia conhecer os dois lados e posicionar-se, enquanto ao historiador, segundo o método, caberia simplesmente dar voz aos dois lados.

Em artigo que se refere à existência de fantasias na Geografia que influenciaram a História, Teschauer explicava porque eram dignos de crédito determinados relatos: “Depois passa a mesma testemunha a dar uma descrição da cidade encantada [...] Silvestre Antonio de Rojas – é este o nome da testemunha – protesta que tem visto, andado, tocado tudo o que vem referido aqui”.¹⁰³ O autor mostrava que o relato era de alguém que esteve na cidade encantada, que andou por lá, tocou no que diz ter visto e, portanto, teria poder de autenticar tal relato. A testemunha, que é inclusive nomeada no artigo, representa “o aval [...] e a melhor testemunha será evidentemente aquela que detiver a maior autoridade”.¹⁰⁴ Esta que é “credenciada” segundo as “marcas de verdade” que traz em sua descrição. Quanto à autoridade da testemunha, ainda Teschauer explicava:

[...] no segundo quartel do século XVIII, espalhou-se o boato da existencia das minas no Prata e Buenos Ayres. Veio dar-lhe grande forcça o testemunho de um indio [...] falava com tanta convicção e coerencia que persuadiu muita gente. Deixou-se ir ao ponto de afirmar que ele mesmo tinha trabalhado nas minas do Uruguai [...]¹⁰⁵

O excerto demonstra como a autoridade do testemunho pode constituir-se. Nesse caso, a convicção e a coerência da testemunha eram tamanhas que, além de servir como prova dos fatos, a própria deixou-se levar pela credulidade de sua fala. Os testemunhos apresentavam tantas possibilidades de serem verídicos que a consequência foi: “[...] nova balela do ouro do Uruguai. Desta vez não são índios boçais que figuram como descobridores de minas de ouro, mas graves militares e um eclesiástico de alta categoria, alferes, capitães e

¹⁰³ TESCHAUER, Carlos. Geografia imaginária e sua influência na história. **Revista do IHGRGS**. I e II Trimestre, Ano IV, 1924. p. 174.

¹⁰⁴ HARTOG, François. op. cit., p. 29.

¹⁰⁵ TESCHAUER, Carlos. op. cit., p. 178.

gerais do exército [...]”.¹⁰⁶ Teschauer chama atenção para o perigo de testemunhos falsos que levaram ao erro inclusive pessoas idôneas. Por tratar-se de um assunto que fazia parte do imaginário daqueles contemporâneos e que, ao longo do tempo, foi sendo recheado de novos relatos com novos detalhes, acabou por levar à confusão não só os mais ingênuos (“índios boçais”), como até homens considerados importantes, os quais acabaram por acreditar na “lenda” das minas das Sete Missões.

Ainda quanto aos testemunhos, vale lembrar que é “o trabalho do historiador que valida a representação textual de uma experiência vivida”.¹⁰⁷ Em outras palavras, estes só tornam-se fonte para a história quando são legitimados pelo trabalho de um historiador. É porque este os utiliza como parte de sua produção científica, os submete a um método e, então, produz para estas experiências vividas o status de fonte histórica.

Nesta linha, o conceito de autor também merece uma referência. Os historiadores do Instituto consideravam-se autores de seus trabalhos ou compiladores de documentos e de testemunhos? Tendo em conta o método preconizado nas discussões teóricas ocorridas no Instituto, ao historiador, assim como à instituição, caberia “colligir, classificar e conservar documentos”, ou seja, o trabalho do historiador caracterizava-se por dar voz às fontes:

[...] esses títulos, esses documentos permanecem intactos nas prateleiras das respectivas secretarias, emudecidos sob o peso dos anos mas simbolizados nos marcos de granito cimentados no solo – testemunhos integros – guardando a fronteira por eles delimitada, para jamais se confundir.¹⁰⁸

Os documentos estavam emudecidos e caberia ao método científico, à operação do historiador, recuperá-los e trazê-los à tona para que contassem a verdade. No entanto, o trabalho de tais intelectuais não negava a autoria e dava voz aos testemunhos, pelo contrário,

¹⁰⁶ Ibid., p. 184.

¹⁰⁷ CEZAR, Temístocles Américo Correa. op. cit., p. 39.

¹⁰⁸ RIBEIRO, José Paulo. op. cit. p. 375.

trazia e afirmava o papel do autor, a autoria não era esquecida na compilação e sim estabelecida através do texto.

2.2 *Templo austero da história: A história científica do IHGRGS*

Autor do atentado é, segundo todos os **sinais da verdade**, o duque de Aveiro, ofendido gravemente por Teixeira. Este atentado é o **único fato histórico**; tudo o mais é da invenção pombalina.¹⁰⁹

Fatos históricos, sinais de verdade, eis aí a busca lancinante dos historiadores do Instituto. Para eles, a combinação entre tais expressões tinha como resultado a história científica que tanto propagavam. Na confusão entre teorizar acerca do método que garantia uma história “positiva” e a prática de uma escrita que resultava da escolha de temas a serem trabalhados, da posição ocupada pelos autores, da seleção prévia de fontes e bibliografias, marcadas pelos princípios dos autores, enfim, a compilação a ser composta pelos historiadores do Instituto dava voz ao que os autores pretendiam.¹¹⁰

A história científica da instituição passava necessariamente por um procedimento determinado, o qual pressupunha a apresentação de provas que definissem a verdade, as coisas como realmente aconteceram. Portanto, para estes homens, o passado poderia ser atingido através de uma “reconstituição” que partiria da utilização de provas deixadas pelos

¹⁰⁹ HAFKEMEYER, João Baptista. op. cit., p. 91. Grifo meu.

¹¹⁰ Refiro-me às reflexões de Hartog a respeito da forma de escrever a história estabelecida entre os séculos XII e XIV: “Tucídides calava as testemunhas e Eusébio, ao contrário, lhes dá toda a palavra e se apaga por detrás delas. O historiador como compilador que encontraremos expressamente no século XIII já está presente”. Mais adiante postula a diferença entre o *auctor* e o *compilator*: “Logicamente, o historiador, nos prólogos das obras históricas do final do século XII até o século XIV, vai-se apresentar como compilador (*colligere, compilare*), reivindicando até mesmo essa qualidade de *compilator*: ele não é *auctor*, mas *compilator*. *Auctor* quer dizer primeiramente que ele não é uma ‘testemunha’: não tem autoridade própria. O que faz? Reúne os textos dos outros, e seu próprio texto é composto de extratos justamente de *autores*. Mas logo reivindicará, na primeira pessoa e com seu próprio nome, o papel de compilador. ‘*Ego... compilav*’: não sou *auctor*, mas sou o autor de minha compilação.” HARTOG, François. op. cit., p. 31, 33.

personagens que, de alguma forma, estiveram lá, seja como testemunha ocular, seja por ter ouvido de alguém que lá esteve.

Segundo o método constituído pelos membros do Instituto, as provas se configuravam através dos documentos oficiais ou testemunhos que tivessem sua legitimidade devidamente evidenciada. A história escrita deveria ser uma compilação de provas que indicassem com precisão uma determinada verdade. Também faziam o mesmo caminho para definir as falsidades, ou seja, construção de um texto agrupando provas que confirmassem as falsificações, as mentiras.

Esta mesma história deveria constituir-se em uma síntese acerca da história sul-rio-grandense, contemplando fatos ocorridos, no mínimo, 50 anos antes do presente vivido pelos mesmos. Na perspectiva científicista sustentada pelo Instituto, este período de distanciamento assegurava a seus historiadores a imparcialidade e a isenção de ânimo para comporem uma escrita objetiva, um texto verdadeiramente científico.

Escrever uma história científica, metódica, deveria levar à construção de um discurso que trazia ensinamentos para um futuro melhor, rumo ao progresso. “É sob a evolução das forças conservadoras, nas quais se sintetizam épocas e estados de cultura, que a história significa realmente um registro de transformações, para tempos melhores”,¹¹¹ asseverava o discurso de comemoração cívica, mostrando que a síntese histórica formulada positivamente, segundo o método instituído, serviria pedagogicamente para garantir um futuro melhor.

José Paulo Ribeiro quando discutia o conceito de história constatava que:

A interrogação que deixo acima formulada, não é um conceito vago, desconexo, nem uma abstração fantasiosa de história, surgiu, necessariamente, após algum motejar, alguma increpação de quem,

¹¹¹ Comemoração cívica da herma ao Gen. José Gomes de Vasconcellos Jardim, nas Pedras Brancas. **Revista do IHGRGS**. I Trimestre, Ano I, 1921. p. 46.

com prevenção de animo, encara os factos e aprecia os efectos, sem atender á natureza da causa.¹¹²

Portanto, a história era uma ciência que pressupunha uma reflexão, uma crítica a partir dos fatos que se definiam como enunciados objetivos e concretos. Porém, a história não era uma ciência fundada no determinismo, já que a “natureza da causa” não deveria constituir parte da análise do historiador. Logo em seguida, o mesmo autor refere-se ao passado postulando: “e volvendo um olhar retrospectivo para as bandas desse passado que sobrevive na subjectividade da historia, não há como negar que – ‘O acontecimento social, que a historia registra sob a denominação de bandeiras paulistas [...]’”.¹¹³ O autor referia-se ao passado como algo dado e recuperável a qualquer momento, bastando um “olhar retrospectivo” para vê-lo. Ao que parece, aí estava a garantia da objetividade da história, já que seu objeto – o passado – poderia ser recuperado quando fosse necessário, como qualquer outro cientista que vai ao laboratório experimentar a viabilidade de suas leis.

Lindolfo Collor esclarecia que tendenciosa ou estreita era a história original, por ter sido escrita por quem a testemunhou. Além disso, a fraqueza era responsável por uma preocupação em não desagradar os vivos e que, portanto, o papel do historiador limitava-se a exercer suas faculdades de indústria, de perspicácia, de crítica e de generalização sobre matérias ministradas por outros e não por fatos aos quais participou contemporaneamente. “Estudemos e trabalhemos. Outra não deve ser a nossa divisa”.¹¹⁴

¹¹² RIBEIRO, José Paulo. op. cit., p. 374.

¹¹³ Ibid., p. 376.

¹¹⁴ Acta da 1ª Sessão Preparatória. **Revista do IHGRGS**. I Trimestre, Ano I, 1921. p. 565.

2.3 Fonte de ensinamentos às gerações que se têm sucedido através dos tempos:

A Historia Magistra Vitae

Consultar o passado é preparar o futuro.¹¹⁵

A análise que será desenvolvida ao longo deste item baseia-se no importante artigo de Reinhart Koselleck acerca do *topos* do conceito antigo de história.¹¹⁶

Koselleck ocupa-se basicamente do estudo de conceitos, desenvolvendo sua tese acerca das transformações lingüísticas e conceituais pelas quais passou o conceito de história. Segundo o argumento deste autor, o antigo conceito de história (*historie*), que tinha como uma de suas características a fórmula da história exemplar, foi sendo modificado até ser preterido pelo conceito moderno (*Geschichte*), que apresenta um discurso historiográfico com uma nova perspectiva de tempo, onde a história linear da humanidade a leva ao futuro, ao progresso.

O velho *topos* de que a história é mestra da vida funda-se no princípio de que na história estariam contidas diversas experiências alheias, das quais os homens se apropriam com um objetivo pedagógico. Em outras palavras, “a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos”,¹¹⁷ ou ainda “a história teve o papel de uma escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros”.¹¹⁸

Durante séculos, o *topos* da *magistra vitae* orientou a maneira como os historiadores compreenderam o seu objeto e a maneira de sua produção. Os estudiosos não consideravam a singularidade do tempo da história, o espaço de experiência constitua-se no passado. Tal como a natureza, a história era contínua, o que a permitia conter toda a

¹¹⁵ COLLOR, Lindolfo. op. cit., p. 3.

¹¹⁶ KOSELLECK, Reinhart. op. cit. (“*Historia Magistra Vitae*: sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento”).

¹¹⁷ Diodoro Apud KOSELLECK, Reinhart. op. cit., p. 42.

¹¹⁸ Loc. cit.

experimentação possível; sua longa duração comportava o aprendizado com experiências que se repetirão no futuro assim como aconteceram no passado.

Segundo Koselleck, a expressão *historia magistra vitae* foi cunhada por Cícero ao referir-se a modelos helenísticos que, através de sua oratória, foram imortalizados pela história que os trazia como exemplos de instrução para a vida. O autor refere-se ainda a Cícero como o defensor mais vigoroso do *topos*, se comparado a Tucídides, pois legou para sempre à sua história o status de patrimônio para que se pudessem reconhecer no futuro casos semelhantes.

Com Isidoro a expressão desaparece; porém, mantém-se a fórmula trazendo exemplos da história pagã. Beda traz a história profana como exemplos positivos e negativos para a história cristã. Assim, a influência do *topos* nominado por Cícero sustenta-se até a experiência histórica cristã.

O uso como ensinamento para a vida política do princípio da *historia magistra vitae* deu-se com Maquiavel. Segundo ele, dever-se-ia não apenas admirar os antigos, mas, imitá-los. Além disso, o uso político era considerado possível, já que “tudo aquilo [exemplos anteriores] poderia ser usado de novo em uma oportunidade semelhante”, destacando a noção de um tempo que se reproduzia, por isso poder-se-ia aprender com o que já aconteceu. Este princípio refletia a definição de um certo tipo de história identificada com a concepção de natureza que não se modificava, que era constituída por ciclos, por períodos que se repetiriam necessariamente.¹¹⁹ Deste modo, o aprimoramento da política dar-se-ia a partir de uma reflexão sobre a literatura memorialística e os relatos das embaixadas, garantia de sucesso aos que se instruísem com tais exemplos.

A modernidade inaugura uma nova relação entre o passado e o futuro. Neste sentido, se estabelece um novo espaço da experiência, onde diferentes tempos e períodos,

¹¹⁹ Quanto à importância da história, Koselleck destaca: “O papel magistral da história era ao mesmo tempo garantia e sintoma da continuidade que encerrava em si, ao mesmo tempo, passado e futuro”. Ibid., p. 46.

passíveis de alternância, tomaram o lugar reservado ao passado entendido como exemplo. Para a história dos conceitos de Koselleck, além da transformação semântica ocorrida pelo conceito de história, houve a compleição de uma nova palavra para defini-la.

A fórmula da *magistra* não tem mais lugar a partir do momento em que a história passa a ser vista como acontecimento único ou como complexo de acontecimentos (*Geschichte*), incapaz de instruir-se da mesma forma que uma história compreendida como relato exemplar (*historie*). O que evidencia a própria história do *topos*. *Geschichte* (a “nova” história) constitui-se como um coletivo singular que traz uma noção de tempo baseada no deslocamento do espaço da experiência que não mais está contido no passado, mas em um futuro de progresso.¹²⁰ Este coletivo singular inaugura um ambiente para a ação do homem, é a grande época das singularizações.¹²¹ O contexto de tais mudanças explica o porquê da valorização da ação do homem e do não reconhecimento do passado como o espaço pleno da experiência, pois a Europa vivia o momento da Revolução Francesa, conjuntura inédita e de incertezas que não encontrava referência no espaço de experiências do passado.¹²²

Tendo em vista as reflexões de Koselleck, situo a produção histórica do Instituto como uma escrita muito particular, composta por nuances do conceito moderno de história e continuidades do modelo antigo. Nesta condição híbrida está o discurso historiográfico construído pelo IHGRGS.

¹²⁰ O tempo histórico estabelecido a partir de então traz a separação entre o tempo da história e o da natureza, a temporalização da história distancia-se da cronologia natural: “Até o século XVIII, duas categorias do tempo natural asseguraram a seqüência e o cálculo dos eventos históricos: o movimento das estrelas e a seqüência natural de governantes e dinastias”. O tempo da história passa a ser determinado por ela mesma, obra da filosofia da história que toma o progresso como categoria que manifesta o “tempo histórico, transcendente à natureza e imanente à história.” Ibid., p. 54, 55.

¹²¹ Segundo Humboldt: “O historiógrafo digno desse nome deve representar cada singularidade como parte de um Todo, o que significa que ele deve também representar em cada uma dessas partes singulares a própria forma da história.” Apud KOSELLECK, Reinhart. op. cit. p. 52.

¹²² “Passado e futuro jamais coincidem [...] Uma experiência acabada é tanto completa quanto passada, ao passo que aquela que se realizará no futuro desfaz-se em uma infinidade de diferentes extensões temporais. [...] É o futuro do tempo histórico, e não seu passado, que torna dessemelhante o que é semelhante”. Ibid., p. 55-56. Assim o autor define o caráter processual da história moderna.

Os membros do Instituto, ao teorizarem acerca da maneira de se escrever a história, referem-se a um discurso historiográfico objetivo, livre das paixões do historiador, um discurso que traga a verdade histórica: “Trabalharemos desinteressadamente, ou, antes, não nos moverá outro interesse que não o do patriotismo e o da verdade histórica. A nossa preocupação capital será a verdade, só a verdade, sempre a verdade”.¹²³ Além disso, definem que os assuntos abordados devem estar inseridos em períodos recuados, isto é, a história a ser escrita por eles deveria ocupar-se do que aconteceu no passado mais recuado possível, o que, segundo eles, garantiria a objetividade e a imparcialidade do historiador. Outro argumento, em prol do pressuposto considerado, era ponderar que esse passado mais longínquo possuía uma documentação mais complexa e confiável.¹²⁴

Para conseguirmos, porém, a formação de um juízo impessoal dos factos, será mistér de nossa parte uma perfeita isenção de animo; e essa imparcialidade necessaria exige que o nosso juízo recaia sómente sobre os acontecimentos em relação aos quaes nós sejamos verdadeiramente a posteridade, evitando que as influencias do meio a as nossas proprias tendencias politicas actuem sobre o nosso julgamento, desvirtuando a missão superior do Instituto. Dest’arte, as nossas investigações não poderão incidir sinão sobre os factos ocorridos ha mais de meio seculo e que já tenham passado evidentemente para os dominios da historia. Em relação aos acontecimentos recentes ou contemporaneos, a nossa tarefa limitar-se-á a colligir, classificar e conservar documentos; accumularemos materiaes para a posteridade. A essa é que então incumbirá legitimamente a missão de escrever a historia dos nossos tempos.¹²⁵

Ao mesmo tempo, tal documentação, ou o que se teria registrado sobre determinados temas, traria a possibilidade de uma posição crítica dos autores diante do que já havia sido escrito por seus antecessores. Os textos trazem observações, referências ao que já foi escrito, tanto para ratificar o que se tinha produzido, quanto para retificar os textos

¹²³ Discurso do Dr. Florêncio Abreu e Silva. op. cit., p. 125.

¹²⁴ O que se observa pelos temas apresentados na Revista, considerando-se que, em sua maioria, os assuntos têm como marco mais recente a Guerra dos Farrapos (1835-1845).

¹²⁵ Discurso do Dr. Florêncio Abreu e Silva. op. cit., p. 125.

consultados; ou seja, esses autores construía uma posição crítica diante de seus objetos de estudos. Nas notas de rodapé de seu artigo sobre o Padre Roque Gonzalez, Carlos Teschauer cita uma bibliografia que apresentava “erradamente” um personagem; em outra, afirma que havia uma confusão com relação a uma imagem da “Mãe de Deus”, porque “diversas pessoas ignoravam” o fato que estava sendo apresentado em seu texto.¹²⁶

Por outro lado, o discurso construído pelo Instituto é densamente marcado pelo caráter exemplar e pedagógico da história:

Consultar o passado é preparar o futuro. [...] é translúcida a verdade de que só se pôde agir com utilidade no presente, quando pela observação do passado se conhecem as probabilidades do futuro. Dest’arte, como ensina Augusto Comte, a ordem chronologica das épocas não é a mesma ordem philosophica. Em lugar de: - o passado, o presente e o futuro, deve se dizer: - o passado, o futuro e o presente, pois o presente nada mais é do que um ponto entre o que passou e o que passará.

[...] o passado está prenhe do futuro. Si assim não fosse, si o futuro não fosse uma decorrência necessaria do passado, toda a ordem social seria uma improvisação formidavel, sem nexo de continuidade.¹²⁷

[...] O estudo da historia [...] dá ás sociedade que o praticam a possibilidade sempre renovada de melhor preparar o futuro pelo conhecimento do passado, ao passo que, de um ponto de vista mais amplo e geral, concorre para a fixação systematica das leis que regem o gradual desenvolvimento da humanidade, tanto moral como material.¹²⁸

Escreviam e reescreviam a história como um relato exemplar que serviria como fundamento para uma tomada de posição acertada no futuro. Além disso, faziam comparações desconsiderando a especificidade do tempo histórico que é singular, um tempo que é irreversível e que, portanto, só pode acontecer uma vez. Para tais letrados, a história, na verdade, constituía-se de um tempo homogêneo que poderia ser revisitado a qualquer

¹²⁶ TESCHAUER, Carlos. Vida e obras do Pe. Roque Gonzalez de Santa Cruz, S. J. primeiro apóstolo do Rio Grande do Sul (contribuição para a história da civilização do Brasil). **Revista do IHGRGS**. III Trimestre, Ano VIII, 1928.

¹²⁷ COLLOR, Lindolfo. op. cit., p. 3.

¹²⁸ Ibid., p. 4-5.

momento, bastando, para tanto, consultar os documentos. Nas palavras de Taine, referidas pelo orador oficial:

“Que me importam as objurgatorias e as sentenças da critica official?! Ha mentiras em nossa historia que devem ser destruidas, ha falsos heroes, cobertos de louros, e grandes francezes completamente esquecidos. A historia não é intangivel aos olhos perscrutadores do analysta e do estudioso.

Escrevo e relato estudando e investigando. Historio com documentos na mão.”

Assim deve ser todo o historiador. E aquelle que á sua intelligencia não ajuntar honestidade, para repellir as insinuações corruptas; independencia para dizer sem rebuço o que sente, e coragem para proclamar a verdade, não passará de um mero e ridiculo contador de anedotas. [...]

“Nas questões históricas”, agrega o professor Francisco de Assis Cintra, “esse ponto de apoio de que carece o espirito humano para julgar, é justamente a documentação do facto e jámais as citações de autores palacianos ou descuidosos”.¹²⁹

Tendo em vista a “afirmação do velho *topos* de que a história é a mestra da vida” e que “o papel magistral da história era ao mesmo tempo garantia e sintonia da continuidade que encerrava em si, ao mesmo tempo, passado e futuro”, a escrita da história no Instituto caracteriza-se pela evocação de um passado glorioso.¹³⁰ Definido pelas experiências vividas e acumuladas, configurando o espaço de experiência de tal geração que culminava em um horizonte de expectativas que estabelecia a grandiosidade e a importância do futuro do Rio Grande do Sul:

Razões de ordem historica reflectidas sobre o cenario da nossa politica fizeram com que só mais de meio seculo depois a Republica vingasse no Brasil. Mas essa circumstancia não diminui, antes aumenta e nimba de uma gloria muito maior, o esforço heroico, a abnegação civica, a iluminada crença no futuro da Patria, revelados e postos em practica pelos nossos gloriosos antepassados, na formidavel epopeia de heroismo e de sacrificios que escreveram em dez longos anos de

¹²⁹ Discurso do orador oficial, tenente Souza Docca. op. cit., p. 131.

¹³⁰ KOSELLECK, Reinhart. op. cit., p. 46.

combates incruentos, sustentados contra o anacronismo político do império.¹³¹

A citação acima deixa clara a crença em um futuro promissor, o qual se estabelece a partir de uma experiência vivida pelos heróis sul-rio-grandenses exaltados pelo autor referido. Mais uma vez, vê-se a configuração do pressuposto da *historia magistra vitae* como categoria temporal da história, em que não há um deslocamento efetivo entre o passado e o futuro: o passado é usado pedagogicamente pelas sociedades do presente. À história cabe a função de descrever os exemplos que podem ser positivos ou negativos; para eles era “possível deixar-se instruir para o futuro a partir do passado”.¹³² Aos que tomaram para si a responsabilidade de escrever a história, também competia a reprodução de modelos.

¹³¹ Comemoração cívica da herma ao Gen. José Gomes de Vasconcellos Jardim, nas Pedras Brancas. **Revista do IHGRGS**. I Trimestre, Ano I, 1921. p. 51.

¹³² KOSELLECK, Reinhart. op. cit. p. 44.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vamos realizando uma obra obscura, humilde, mas de todas a mais necessaria e proficua, que é a de lançar os solidos alicerces sobre os quais, mais tarde, os que aqui nos succederem, hão de fazer obra digna da grandeza da nossa terra.¹³³

Apesar de só ter conseguido êxito a partir da experiência de 1920, o Rio Grande do Sul, tal como a Bahia, foi a primeira província a preocupar-se com a instalação de um instituto local aos moldes do nacional, sediado no Rio de Janeiro. Reputando as dificuldades de instalação e afirmação do Instituto Histórico e Geográfico sul-rio-grandense, que teve sua primeira tentativa no ano de 1854 (mesmo ano de seu congênere baiano que, igualmente, não obteve sucesso), vê-se que há uma preocupação em instituir tal agremiação no Estado.

Se considerarmos o quanto o Rio Grande do Sul constituía-se em uma região periférica do Brasil, devemos atentar para a relevância em contar com um espaço que se dedicava a pensar o passado para garantir o progresso no futuro. Mesmo tratando-se de algumas experiências frustradas, não se pode negar que o intuito de estabelecer um lugar para construção de uma memória e de uma história do Estado esteve presente entre os letrados gaúchos.

Em 05 de agosto de 1920, criava-se em Porto Alegre o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Outras tentativas vinham acontecendo desde o século XIX; no entanto, a fundação e a permanência da entidade foi conseqüência de um momento específico em que, mais do que nas anteriores, havia uma mobilização em prol da construção de um discurso historiográfico uníssono sobre a história do Rio Grande do Sul. Os anos vinte

¹³³ Acta da 1ª Sessão Preparatória. op. cit., p. 525.

possibilitaram esta tarefa, ao que me parece, porque foi durante estes primeiros anos do século XX que se verificam iniciativas em instaurar espaços que tinham preocupações análogas às do Instituto – refiro-me à criação do Museu Júlio de Castilhos em 1903 e do Arquivo (Público) Histórico em 1906 – e que pretendiam salvaguardar a memória do Estado. Considero, portanto, que ao lado destas duas instituições públicas que haviam sido criadas durante o governo dos republicanos gaúchos, o Instituto, entidade privada que sempre contou com o apoio moral e material do seu único sócio honorário, Borges de Medeiros, teve seu espaço garantido não só como salvadora da memória, mas como primeira entidade a ocupar-se da institucionalização da escrita da história no Estado. Mesmo havendo outras tentativas de criação bem anteriores (desde 1854), considero que o momento em que a Instituição conseguiu manter-se era um período em que, além de haver uma intenção, houve possibilidades concretas para a continuidade do trabalho de tais homens.

Sem dúvida, o objetivo maior da Instituição repousava sobre a escrita de uma história objetiva, baseada no método de uma ciência positiva que teria seu resultado balizado por seus pares. Um trabalho desinteressado que tinha como preocupação o estabelecimento da verdade, a qual seria alcançada através da utilização do método postulado. Além disso, segundo suas enunciações, os homens do Instituto não visavam elaborar uma história definitiva, e muito menos oficial, acerca do Estado; seus objetivos eram mais modestos, a exemplo do que requeria o IHGB.

A operação historiográfica definida pelo IHGRGS combinava um *lugar* social, *práticas* científicas e uma *escrita* que era divulgada a partir de sua Revista, legitimando um discurso historiográfico que fosse resultado de seu método e negando o caráter científico a produções que não compartilhassem dos preceitos de tal lugar.

A análise epistemológica dos textos publicados pelo Instituto mostra que há uma simbiose entre pressupostos do conceito de história antigo e do conceito de história moderno.

A principal característica apontada na produção da entidade que se refere ao modo antigo de escrever a história diz respeito ao velho *topos* de que a história é a mestra da vida. Por outro lado, um texto construído como um discurso objetivo, neutro, fundado sobre documentos oficiais e testemunhos selecionados e tendo como tema fatos ocorridos no mínimo há cinquenta anos atrás, conforme os preceitos ditados pelas discussões instauradas pela Instituição, eram sinônimos de um discurso moderno de história. Nesta perspectiva, a História era vista como a ciência sagrada e maior, a qual deveria ter como suas auxiliares a Geografia, a Arqueologia, a Etnologia e a Paleontologia.

Os homens letrados que se constituíram como sócios do IHGRGS tinham como perfil trajetórias profissionais muito diversificadas. Antes ou enquanto associados da entidade, participavam da vida pública e política do Estado de forma intensa. No período analisado, estes indivíduos foram ou são funcionários públicos, profissionais liberais, militares, religiosos e políticos que, entre outras coisas, dedicam-se a pensar acerca da História e da Geografia do Rio Grande do Sul e do Brasil. O ingresso dos sócios estava vinculado, entre outras determinações, à apresentação de um estudo que versasse sobre um dos assuntos tratados pelo Instituto. No entanto, vários dos sócios fundadores não apresentaram necessariamente seus trabalhos e nem por isso foram expulsos, sofreram alguma penalidade ou deixaram de participar. O que acabou por acontecer, principalmente quando da fundação da Instituição, foi que o requisito primordialmente levado em conta era outro para além do valor intelectual – homens que possuíam certa notoriedade social, por exemplo, eram importantes sócios, pois traziam consigo prestígio para a agremiação. É fácil compreender o porquê de tal perfil: tratava-se de um dos primeiros momentos na construção de um espaço de uma determinada produção intelectual que não constitui um campo autônomo.

Com relação ao método apropriado pelo Instituto, percebe-se que se caracterizava pela utilização de notas de rodapé para mostrar a erudição e o árduo trabalho solitário do

historiador nos arquivos. Estes que constituíam fontes de testemunhos oculares, ao quais eram selecionados de acordo com os objetivos do texto a ser escrito. Ademais, tais fontes eram determinadas como fidedignas, que possuíam autoridade enquanto tais, ou não. A partir da seleção de fatos e de documentos, através da publicação de documentos, memórias e biografias, o Instituto definia o que era uma verdadeira fonte para a construção da história do Rio Grande do Sul. A autoridade de tais fontes era constantemente reverenciada ao longo de prefácios e de rodapés apresentados na edição dos artigos.

Os escritos do IHGRGS traziam um determinado estilo que, se poderia ser negado ao longo das discussões teóricas do como escrever a história, era uma característica marcante e elogiada nos textos publicados. Ao estilo caberia evidenciar a erudição do autor ou ser utilizado como uma forma de estabelecer uma relação de cumplicidade entre quem escrevia e quem recebia o texto. Era reconhecida a habilidade de escrever artigos científicos que trouxessem, além de uma farta e, sempre que possível, inédita documentação, uma escrita que fosse agradável aos leitores em geral.

Para os homens do Instituto, a escrita da história deveria ter como única preocupação trazer à luz a verdade, e somente a verdade. A autodeclarada modéstia com relação à sua produção parece residir exatamente neste ponto, pois para eles o importante era mostrar a verdade. Portanto, se o trabalho historiográfico conduzia à verdade, então se configurava a autêntica e modesta tarefa do historiador.

Outra característica a destacar no método pretendido pelo Instituto diz respeito à relação entre o historiador e os seus fatos. À análise dos textos publicados não escapa uma questão muito presente quanto à importância dos fatos para a construção da história positiva: os fatos falam por si mesmos e cabe ao historiador trazer-lhes à luz. No entanto, devemos lembrar que os fatos, assim como as fontes, possuem uma autoridade quanto à sua categoria, isto é, possuem historicidade. Fatos e fontes recebem tais condições a partir da atividade do

historiador, ou seja, acontecimentos, testemunhos e documentos recebem o estatuto de fatos ou fontes quando são enunciados como tais a partir do trabalho e do reconhecimento do historiador. Estas categorias não são autônomas, elas constituem-se através da seleção e do reconhecimento por parte do historiador e de seus pares. Contudo, estas ações seguem certas recorrências e, entre tais, pode-se destacar o princípio de que as fontes consideradas fidedignas são aquelas que estão diretamente ligadas a experiências vividas. Da mesma forma, os testemunhos selecionados referem-se ao relato do que foi experimentado diretamente ou do que foi dito a alguém por quem passou pela situação descrita pelo autor.

Importante lembrar que, tal como já foi referido, o testemunho eleito como fonte recebe este estatuto quando submetido ao método do historiador. O testemunho concretiza-se como uma categoria definida pelo pesquisador, o que marca uma diferença entre quem é o testemunho e quem é o historiador. Ao testemunho cabe conhecer os fatos e tomar partido diante destes, enquanto que ao historiador cabe igualmente conhecê-los, porém não deve posicionar-se, somente dar-lhes voz.

Quanto ao conceito de história construído pelo IHGRGS, tratava-se de uma história cronológica e linear que tinha como fim o progresso da civilização que estuda e aprende com seu passado. Assim, na percepção dos estudiosos da instituição, este fim havia sido alcançado.

Neste sentido, os textos analisados trazem a preocupação em formar um discurso que sirva como exemplo para as novas gerações. De acordo com a concepção destes homens do Instituto, ao pesquisarem e relatarem os acontecimentos passados estavam trazendo a salvação para o futuro, este que não se ocuparia dos mesmos erros e aprenderia com os acertos apontados. No discurso historiográfico do IHGRGS, a *historia magistra vitae*, descrita por Koselleck como um traço do antigo conceito de história, mistura-se ao perfil de história perseguido pelos letrados da entidade, o moderno conceito de história.

Sendo assim, penso que a história construída pelo Instituto ao longo de sua primeira década de existência traz um perfil determinado, marcado pela preocupação com o salvamento de supostos vestígios do passado sul-rio-grandense e com a fundação de uma forma sistematizada de construir a história como ciência. Mesmo tendo sido criticada e relegada pela academia como uma produção de segunda categoria, principalmente durante os anos 1980, pela historiografia crítica, o certo é que a história escrita pela entidade tornou-se a lição a ser aprendida nas escolas. Assim, até a constituição e afirmação dos espaços acadêmicos, leu-se, estudou-se e fundamentaram-se novas pesquisas a partir do discurso histórico construído pelo IHGRGS. Por isso, acredito que tal como vaticinou o presidente Florêncio de Abreu, o Instituto lançou os sólidos alicerces da tradição historiográfica apropriada por nós que os sucedemos na construção do conhecimento histórico que tem exemplos que vêm de baixo, personagens que devem ser seguidos ou não pelas próximas gerações; pesquisadores que dão vez e voz aos que até então eram mantidos na escuridão, trazendo para o presente a verdade do acontecido no passado.

FONTES DOCUMENTAIS

DOCUMENTAÇÃO

Atas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, de 1921 a 1930.

Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1921.

JORNAIS

A Federação. Porto Alegre, agosto de 1920.

Estado de São Paulo. São Paulo, agosto de 1920.

TEXTOS SELECIONADOS

APONTAMENTOS para a história da Revolução de 1835-1845: registro do Tesouro da República Rio-grandense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, I e II Trimestre, Ano IX, 1929.

APONTAMENTOS para a história da Revolução de 1835-1845: correspondência ativa dos presidentes brigadeiro Antonio Elizário de Miranda e Brito e dr. José de Araújo Ribeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, IV Trimestre, Ano IX, 1929.

AZAMBUJA, de Manoel Patrício de. Apontamentos para a história da Revolução de 1835-1845: narrativa de Manoel Patrício de Azambuja: ataque de Porongos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, I e II Trimestre, Ano VIII, 1928.

CALDEIRA, Manoel Alves da Silva. Apontamentos para a história da Revolução de 1835-1845. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, III Trimestre, Ano VII, 1927.

COLLOR, Lindolfo. A história e o Instituto Histórico. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, I Trimestre, Ano I, 1921.

DOCCA, Souza. República rio-grandense: subsídios para sua história: memória histórica sobre as causas e os acontecimentos que mais imediatamente precederam a sedição de 20 de setembro de 1835, na cidade de POA, capital da Província do Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, III e IV Trimestre, Ano III, 1923.

DOCUMENTOS interessantes para a história do RS. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, IV Trimestre, Ano IX, 1929.

D'OLIVEIRA, J. J. Machado. Recordações históricas: que se prendem especialmente à campanha de 1827, na guerra travada entre o Brasil e a República Argentina sobre a questão a Província Cisplatina, e durante o comando do Tenente-General Marquês de Barbacena, General em chefe do exército que operou naquela campanha. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, I e II Trimestre, Ano VII, 1927.

FONTOURA, Vicente da. Apontamentos para a história da Revolução de 1835-1845. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, IV Trimestre, Ano VIII, 1928.

HAFKEMEYER, João Baptista. Livros novos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, III Trimestre, Ano I, 1921.

_____. História dos jesuítas no ministério do Marquês de Pombal: extraída de manuscritos por Cristóvão Theophilo de Murr nova edição correta por J. B. Hafkemeyer, S. J. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, I e II Trimestre, Ano III, 1923.

MORAES, Mello. Um episódio da história da rebelião de 1824, em Pernambuco. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, III e IV Trimestre, Ano IV, 1924.

PAUWELS, Geraldo J. Descrição geográfica e histórica da divisa litigiosa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catharina. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, III e IV Trimestre, Ano VI, 1926.

PORTO, Aurélio. Um capítulo da história territorial do Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, I e II Trimestre, Ano IX, 1929.

RIBEIRO, José Paulo. Uma interrogação histórica. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, III Trimestre, Ano I, 1921.

_____. Premissas lendárias: síntese da poesia popular rio-grandense considerada como fator histórico. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, I e II Trimestre, Ano IV, 1924.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. Viagem ao RS (Brasil): Cap. 1: traduzido por Adroaldo Mesquita da Costa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, I Trimestre, Ano II, 1922.

_____. Viagem ao RS (Brasil): Cap. 2: traduzido por Adroaldo Mesquita da Costa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, IV Trimestre, Ano II, 1922.

_____. Viagem ao RS (Brasil): Cap. 3: traduzido por Adroaldo Mesquita da Costa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, I e II Trimestre, Ano IV, 1924.

_____. Viagem ao RS (Brasil): Cap. 4: traduzido por Adroaldo Mesquita da Costa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, I e II Trimestre, Ano V, 1925.

_____. Viagem ao RS (Brasil): Cap. 5: traduzido por Adroaldo Mesquita da Costa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, I e II Trimestre, Ano VI, 1926.

SCHRÖDER, Celso. São Gabriel: subsídios para a sua história. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, III e IV Trimestre, Ano X, 1930.

TAVARES, João da Silva. Apontamentos para a história da Revolução de 1835-1845. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, IV Trimestre, Ano VII, 1927.

TESCHAUER, Carlos. Geografia imaginária e sua influência na história. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, I e II Trimestre, Ano IV, 1924.

_____. A herva-mate na história e na atualidade. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, III e IV Trimestre, Ano VI, 1926.

_____. Vida e obras do Pe. Roque Gonzalez de Santa Cruz, S. J. primeiro apóstolo do Rio Grande do Sul (contribuição para a história da civilização no Brasil). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, III Trimestre, Ano VIII, 1928.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marlene Medaglia. **Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.

ARAÚJO, Marta Maria de; SILVA, Ana Verônica Oliveira. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e o seu acervo documental da história colonial do Rio Grande do Norte e Brasil. **HISTEDBR**. Campinas: Unicamp, [2006?]. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_082.html>. Acesso em: 26 jun. 2008.

BOEIRA, Luciana Fernandes. **Registrar é historiar?: a província entre a oralidade e a literatura**. Colóquio (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2007 (mimeo).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). **Passados recompostos: campo e canteiros da história**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1998.

CARR, Edward Hallet. O historiador e os fatos. In: _____. **Que é História?: conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi: Revista de História**. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 1, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles Américo Correa. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587): ensaio sobre uma operação historiográfica. **História em Revista**. Pelotas: NDH/UFPEL, v. 6, dez. 2000.

_____. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle**: essai sur une rhétorique de la nationalité: le cas Varnhagen. Thèse (Docteur de Histoire) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2002.

_____. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX: ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002.

CORADINI, Odaci Luiz. A formação da elite médica no Brasil e seu recrutamento: confronto com o caso francês. **Cadernos de Ciência Política**: série pré-edições. Porto Alegre: UFRGS, n. 6, 1997.

_____. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 32, 2003.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1998.

ELIBIO JR., Antônio Manoel. “Excellencias tonificantes do meio” e o “cadinho nacional”: o Brasil e sua história para os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1921-1930). **Métis: História & Cultura**. Caxias do Sul: EDUCS, v. 6, n. 12, jul./dez. 2007.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERREIRA, Moacyr Costa. **O estudo das ciências no Brasil**: resumo histórico do desenvolvimento científico no Brasil e sua ligação com a tecnologia e com a arte. São Paulo: Edicon, 1989.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história do Brasil (1980-1989)**: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992.

FIGOZZE, Zélia Guareschi. **A invenção do Rio Grande do Sul**: território e identidade na visão do IHGRGS (1920-1937). Passo Fundo: Ed. da UPF, 2001.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Breve histórico do IHGRGS**. Disponível em: <<http://www.paginadogaicho.com.br/ihgrgs>>. Acesso em: 10 mar. 2006.

FREITAS, Décio et al. **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GERTZ, René. Intelectuais gaúchos pensam o Rio Grande do Sul. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: PUCRS, n. I, 1984.

GLÉNISSON, Jean. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX: iniciação aos estudos históricos. In: PAULA, Eurípedes Simões de (Org.). **História geral das civilizações**. Volume complementar. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papyrus, 1998.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Apóstata do germanismo ou alemão arrivista: a trajetória de Lindolfo Collor até a Revolução de 1930. **Anos 90**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, n. 15, 2001/2002.

GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (Org.). **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al. (Org.). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n. 1, 1988.

_____. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia: fazendo a história nacional. In: WEHLING, Arno (Org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**: idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

_____. Repensando os domínios de Clio: as angústias e ansiedades de uma disciplina. **Revista Catarinense de História**. Florianópolis: UFSC, n. 5, 1998.

_____. Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História. **Humanas**. Porto Alegre: UFRGS, v. 23, n. 1/2, 2000.

_____. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. **História em Revista**. Pelotas: NDH/UFPEL, v. 6, dez. 2000.

GUTFREIND, Ieda. Historiografia sul-rio-grandense e o positivismo comtiano. **Estudos Leopoldenses**. São Leopoldo: Unisinos, v. 30, n. 137, maio/jun. 1994.

_____. **A historiografia rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

HARTOG, François. O tempo desorientado: tempo e história: “Como escrever a história da França?”. **Anos 90**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, n. 7, jul. 1997.

_____. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

_____. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

_____. **O século XIX e a história**: o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro. Ed. da UFRJ, 2003.

_____. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: Ed. 7Letras, 2006.

IGLESIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.

IC. Instituto do Ceará: Histórico, Geográfico e Antropológico, Fortaleza. Contém informações institucionais, históricas, publicações e serviços. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

IGHB. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador. Contém informações institucionais e históricas. Disponível em: <<http://www.ighb.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

IHGA. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Maceió. Contém informações institucionais e históricas. Disponível em: <<http://www.ihgal.al.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

IHGES. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Vitória. Contém informações institucionais e históricas. Disponível em: <<http://ihges.org.br>>. Acesso em: 27 mar. 2008.

IHGMG. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Belo Horizonte. Contém informações institucionais e históricas. Disponível em: <<http://www.ihgmg.art.br>>. Acesso em: 27 mar. 2008.

IHGMS. Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Contém informações institucionais, históricas, publicações e serviços. Disponível em: <<http://www.ihgms.com.br>>. Acesso em: 27 mar. 2008.

IHGPP. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa. Contém informações institucionais, históricas e publicações. Disponível em: <<http://ihgp.net/inicial.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2008.

IHGRGS. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Contém informações institucionais, históricas, publicações e serviços. Disponível em: <<http://www.ihgrgs.org.br>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

IHGSC. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis. Contém informações institucionais, históricas e publicações. Disponível em: <<http://www.ihgsc.org.br>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

IHGSE. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju. Contém informações institucionais, históricas e publicações. Disponível em: <<http://www.ihgse.com.br>>. Acesso em: 27 jun. 2008.

IHGSP. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo. Contém informações institucionais, históricas e publicações. Disponível em: <<http://www.ihgsp.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

INSTITUTO Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. FUNDAJ: Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 31 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta: experiência brasileira (1500-2000): formação: histórias.** São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês.** Rio de Janeiro: Contraponto: EDUERJ, 1999.

_____. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAPA, José Roberto do Amaral. Alguns problemas da atual historiografia brasileira. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.** São Paulo: USP, n. 11, 1972.

_____. **Historiografia brasileira contemporânea: a história em questão.** Petrópolis: Vozes, 1981.

LAZZARI, Alexandre. **Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacional (1860-1910).** Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 5. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

LEMOS, Renato. Collor, Lindolfo. In: ABREU, Alzira Alves de, et al. (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930.** 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

MARCOLIN, Neldson. Centenário e revigorado: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo completa 110 anos se renovando. **Pesquisa FAPESP.** São Paulo: FAPESP, n. 102, ago. 2004. Disponível em: <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/novo_site>. Acesso em: 26 jun. 2008.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS; IEL, 1978.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna.** Bauru: EDUSC, 2004.

NEDEL, Letícia Borges. **Paisagens da Província**: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos cinqüenta. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Um passado novo para uma história em crise**: regionalistas e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965). Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

NEDEL, Letícia Borges; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História no Rio Grande do Sul. **Ágora**. Santa Cruz do Sul: UNISC, v. 11, n. 1, jan./jun. 2005.

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

OLIVEIRA, Maria da Glória. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

_____. **A burguesia gaúcha**: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Historiografia gaúcha. **Anos 90**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, n. 3, maio 1995.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Positivismo**: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986.

RANKE, Leopold von. **Pueblos y estados en la historia moderna**. México; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1948.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **A institucionalização da formação superior em história**: o curso de Geografia e História da UPA/URGS: 1943 a 1950. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____. **Da crítica à história**: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação: 1925 a 1964. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Lajeado: UNIVATES, 1998.

TAVARES, Giovana Galvão. **A trajetória de uma “Casa de Saber”**: o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930-1970). Campinas: [s. n.], 2000.

WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IHGB, n. 338, 1983.

_____. **A invenção da história**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Ed. da UGF; Ed. da UFF, 1994.

ANEXOS

ANEXO I

Fundação e outras informações dos Institutos estaduais¹³⁴

INSTITUTO	FUNDAÇÃO	OUTRAS INFORMAÇÕES
Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano	27/01/1862	Seu primeiro presidente eleito foi o Monsenhor Francisco Muniz Tavares. O Instituto teve origem a partir de críticas feitas pelo Imperador Pedro II, quando da sua visita ao Recife, em 1859, sobre o descaso e a indiferença dos intelectuais pernambucanos quanto ao passado histórico do Estado. Primeira sede foram as dependências do Convento do Carmo, depois na Biblioteca Pública Provincial do Mosteiro de São Francisco e, posteriormente, um prédio na praça da Concórdia, hoje praça Joaquim Nabuco. De 1912 a 1919, instalou-se no Ginásio Pernambucano, de onde se mudou, definitivamente, para sua sede atual. Publica, desde outubro de 1863, a <i>Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano</i> .
Instituto Histórico e Geográfico do Ceará	04/03/1887	Primeiro presidente foi Paulino Nogueira Borges da Fonseca. O Instituto contava com doze sócios fundadores. Publica a <i>Revista do Instituto do Ceará</i> .
Instituto Histórico e Geográfico da Bahia	13/05/1894	Em 1854 foi fundado o Instituto Histórico Provincial da Bahia que serviu de modelo para o instalado no final do século XIX. A primeira sede do Instituto foi a residência de seu primeiro presidente, Tranqüilino Leovigildo Torres.
Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo	01/11/1894	O Instituto nasceu da iniciativa do médico Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, do engenheiro Antônio de Toledo Pisa e do advogado Estevão Leão Bourroul. Os três publicaram anúncio no jornal <i>O Estado de São Paulo</i> convidando “todos os homens de letras” da capital para uma reunião na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco para tratar da criação do IHGSP. Sessenta e seis personalidades atenderam ao convite e se tornaram fundadoras do empreendimento, juntas com os três pioneiros. Em 1898 o engenheiro Euclides da Cunha (um dos sócios do IHGSP) fez a leitura pública do trabalho “Climatologia dos sertões da Bahia”. Tratava-se da apresentação de uma parte de <i>Os sertões</i> , lançada em forma de livro quatro anos depois.
Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas	02/12/1896	O primeiro presidente do Instituto foi o Presidente da Província José Bento da Cunha Figueiredo Júnior. Contava com 26 sócios fundadores. O Instituto de Alagoas teve três diferentes denominações: 1869 – Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas 1932 – Instituto Histórico Alagoano 1977 – Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

¹³⁴ As informações que constam no quadro foram extraídas das páginas eletrônicas dos referidos Institutos e de TAVARES, Giovana Galvão. **A trajetória de uma “Casa de Saber”**: o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930-1970). Campinas: [s.n.], 2000.

INSTITUTO	FUNDAÇÃO	OUTRAS INFORMAÇÕES
Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina	07/09/1896	Seu idealizador foi José Arthur Boiteux, que obteve apoio oficial do então governador do Estado, Hercílio Luz, e a participação de representantes do meio político, cultural e econômico, no total de 30 fundadores. O Instituto foi fundado um ano depois de o governo ter ingressado com ação no Supremo Tribunal Federal para definir os limites com o Paraná. Para tanto, o Secretário do IHGSC, José Boiteux, foi designado a ir a Portugal realizar pesquisas e levantar documentos para instrumentar o processo.
Instituto Histórico e Geográfico do Paraná	24/05/1900	A reunião de fundação foi realizada nas dependências do Clube Curitibano e a entidade era designada como Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte	29/03/1902	O primeiro presidente foi o Governador Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão. Em 1906, sua sede foi construída pelo Governador Augusto Tavares de Lira. Funcionou em uma sala do Ateneu Norte-Rio-Grandense (local onde funcionava a Biblioteca Estadual), no salão da Intendência Municipal, em uma residência onde atualmente encontra-se o prédio da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte. Em 1938, finalmente instalou-se no atual prédio doado por Decreto do Interventor Federal Rafael Fernandes Gurjão, atendendo à solicitação do então presidente Nestor dos Santos Lima.
Instituto Histórico e Geográfico Paraibano	07/09/1905	Foi idealizado por um grupo de intelectuais e políticos com intensa participação na vida pública e sob o incentivo do engenheiro militar Álvaro Lopes Machado, presidente do Estado. Contou com 51 sócios fundadores. As primeiras reuniões aconteceram no Liceu Paraibano, mais tarde instalou-se na sede da Assembléia Legislativa. Entre 1905 e 1907, o Instituto teve como sede provisória uma das salas da Biblioteca Pública. Em 1907, o IHGP voltou a reunir-se no andar térreo do Liceu Paraibano. Suas reuniões foram sediadas também pela Escola Normal até estabelecer-se em um prédio que teria o aluguel pago pelo Governo do Estado. A sede própria foi inaugurada em 1956 e sua construção contou com recursos de subvenções da União, ajuda do governo estadual e doações de particulares. Atualmente, o Instituto mantém um convênio com uma equipe de especialistas pertencente ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba.
Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais	15/08/1907	Fundado pelo presidente do Estado, Dr. João Pinheiro da Silva que presidiu a instituição até 1909.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	06/08/1912	“A Casa de Sergipe” publica sua Revista desde 1913. Seu primeiro presidente foi o Desembargador João da Silva Melo (1912-1916). Seus membros reuniam-se no salão do Tribunal da Relação. Teve várias sedes provisórias, até que em abril de

INSTITUTO	FUNDAÇÃO	OUTRAS INFORMAÇÕES
		1939 foi inaugurada sua sede permanente.
Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo	12/06/1916	Instalado em uma sala da Assembléia Legislativa, seus fundadores eram estudiosos de geografia e história, literatos, educadores e membros da alta administração estadual. O Instituto tem uma série de núcleos no interior do Estado.
Instituto Histórico e Geográfico do Pará	06/03/1917	Houve uma primeira tentativa de instalação do IHGPA em 03/05/1900, sem sucesso. O primeiro presidente foi o Governador Lauro Sodré. Foi instalado no Teatro da Paz.
Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas	25/03/1917	O prédio e seu acervo foram tombados e, recentemente, restaurados pelo governo do Estado através da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo.
Instituto Histórico e Geográfico do Piauí	23/06/1918	Inicialmente, recebeu a denominação de Instituto Geográfico e Histórico Piauiense, substituída, em 1922, por Instituto Antropológico e Geográfico Piauiense. Em 1974, com a proposta de harmonizar-se com outras entidades congêneres de todo o país, teve seu nome alterado para Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, permanecendo até hoje. Através de Lei Estadual de 04/06/1921, o Instituto foi, juntamente com a Academia Piauiense de Letras, reconhecido como de utilidade pública. A entidade funcionou regularmente até 1922. Entre 1928 e 1971, passou por uma crise profunda. Embora tenha havido tentativas de soerguer a entidade em 1946 e 1948, só conseguiu retornar a suas atividades a partir de 1972, tendo uma atuação mais ativa entre 1972 e 1978, quando voltou ao processo de decadência. O Instituto existe até hoje, não possui sede e não se sabe o paradeiro de sua documentação.
Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso	01/1919	O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso foi fundado por Dom Aquino Corrêa e seu atual presidente é o Secretário de Cultura do Estado.
Instituto Histórico e Geográfico de do Rio Grande do Sul	05/08/1920	Entre os anos de 1860 e 1864, o Rio Grande do Sul manteve o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, a partir de então, houve outras várias tentativas de fundação e permanência do Instituto gaúcho. ¹³⁵
Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão	20/11/1925	Seu primeiro nome foi Instituto Histórico e Geografia do Maranhão. Sua fundação ocorreu na Biblioteca de propriedade do jornalista Wilson Soares, com a participação de uma plêiade de intelectuais maranhenses. Seu primeiro presidente foi o professor José Roberto do Amaral, que presidia, também, a Academia Maranhense de Letras. Em agosto de 1926, foi criada a <i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão</i> .

¹³⁵ Para mais informações sobre a trajetória de fundação do IHGRGS, consultar o Capítulo 1, item 1.1.

INSTITUTO	FUNDAÇÃO	OUTRAS INFORMAÇÕES
<p>Instituto Histórico e Geográfico de Goiás</p>	<p>07/10/1932</p>	<p>Em 19/10/1862, o Presidente da Província, Caetano Filgueira, fundou o Instituto Histórico Goiano que ocupava uma das salas do Palácio da Presidência e contava com 23 sócios fundadores. No entanto, o Instituto não deu certo. Em 1918 houve uma nova tentativa liderada pelo Secretário do Interior e Justiça, Antônio Americano do Brasil, e novamente a empresa não logrou sucesso. Somente em 1932 a instituição se consolidou. O primeiro presidente foi o Diretor Geral do Interior do Estado, José Honorato da Silva e Souza.</p>
<p>Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul</p>	<p>1978</p>	<p>Estruturado nos moldes tradicionais com quarenta cadeiras.</p>

ANEXO II

Diretorias do IHGRGS ao longo da década de 1920¹

SÓCIO	ELEIÇÃO	CARGO
Alcides Maia	1926 e 1929	Comissão Permanente – Geografia
Achylles Porto Alegre	1920	Comissão Permanente – Admissão de Sócios
Adroaldo Mesquita da Costa	1929	Orador
	1920, 1923, 1926 e 1929	Comissão Permanente – Arqueologia, Etnografia e Paleontologia
	1923, 1926 e 1929	Comissão Permanente – Fundos e Orçamento
	1923, 1926 e 1929	Comissão Permanente – Estatutos e Redação da Revista
Afonso Guerreiro Lima	1920, 1923, 1926 e 1929	Comissão Permanente – Geografia
	1929	Tesoureiro
	1929	Comissão Permanente – Admissão de Sócios
Alberto Juvenal do Rego Lins	1920, 1923 e 1926	Comissão Permanente – Arqueologia, Etnografia e Paleontologia
Alfredo Clemente Pinto	1920, 1923, 1926 e 1929	Comissão Permanente – Fundos e Orçamento
Amaro Augusto da Silveira Batista	1920 e 1926	Tesoureiro
	1923 e 1926	Comissão Permanente – Admissão de Sócios
Antão de Faria	1920, 1923, 1926 e 1929	Comissão Permanente – Geografia
	1923, 1926 e 1929	Comissão Permanente – Folclore e Língua dos Indígenas
Armando Dias de Azevedo	1920, 1926 e 1929	Bibliotecário
	1929	Comissão Permanente – Arqueologia, Etnografia e Paleontologia
Arthur Candal	1920 e 1923	Comissão Permanente – Estatutos e Redação da Revista
Augusto Daisson	1920	Comissão Permanente – Admissão de Sócios
Aurélio Afonso Porto	1926	Orador
	1926 e 1929	Comissão Permanente – Geografia
	1926	Comissão Permanente – Estatutos e Comissão da Revista
Benjamin Flores	1920	Comissão Permanente – Admissão de Sócios
Carlos Teschauer	1920, 1923, 1926 e 1929	Comissão Permanente – História

¹ A eleição para diretoria do Instituto acontecia a cada três anos. Os pleitos aconteceram em 1920, 1923, 1926 e 1929.

SÓCIO	ELEIÇÃO	CARGO
Delfino M. Riet	1920	Vice-presidente
Eduardo Mafra Duarte	1920, 1926 e 1929 1923, 1926 e 1929 1926 e 1929	2º secretário Comissão Permanente – Admissão de Sócios Comissão Permanente – Estatutos e Comissão da Revista
Emílio Fernandes de Souza Docca	1920 e 1923 1923, 1926 e 1929 1923, 1926 e 1929	Orador Comissão Permanente – Fundos e Orçamento Comissão Permanente – Estatutos e Redação da Revista
Florêncio Carlos de Abreu e Silva	1920, 1923, 1926 e 1929	Presidente
Francisco de Leonardo Truda	1920, 1926 e 1929 1923, 1926 e 1929 1926 e 1929 1929	1º secretário Comissão Permanente – Admissão de Sócios Comissão Permanente – Folclore e Língua Indígena Comissão Permanente – História
Francisco Rodolpho Simch	1923, 1926 e 1929	Comissão Permanente – Arqueologia, Etnologia e Paleontologia
João Baptista Hafkemeyer	1920 e 1923 1923	Comissão Permanente – Estatutos e Redação da Revista Comissão Permanente – Geografia
João Cândido Maia	1920, 1923, 1926 e 1929 1923, 1926 e 1929	Comissão Permanente – História Vice-presidente
João Pinto da Silva	1920, 1923, 1926 e 1929 1923 e 1929	Comissão Permanente – Arqueologia, Etnografia e Paleontologia Comissão Permanente – Admissão de Sócios
José Paulo Ribeiro	1920, 1923 e 1926 1923 e 1926 1926	Comissão Permanente – História Comissão Permanente – Arqueologia, Etnologia e Paleontologia Comissão Permanente – Admissão de Sócios
José Vieira de Rezende e Silva	1920 1920	Comissão Permanente – Fundos e Orçamento Comissão Permanente – Geografia
José Zeferino da Cunha	1920	Comissão Permanente – Folclore e Língua dos Indígenas
Lindolfo Collor	1920 1920	Comissão Permanente – Folclore e Língua dos Indígenas Comissão Permanente – Estatutos e Redação da Revista

SÓCIO	ELEIÇÃO	CARGO
Luiz Mariano da Rocha	1920 e 1923 1923	Comissão Permanente – História Comissão Permanente – Folclore e Língua dos Indígenas
Mansueto Bernardi	1929 1929	Comissão Permanente – História Comissão Permanente – Estatutos e Comissão da Revista
Manuel Faria Correa	1920, 1923, 1926 e 1929	Comissão Permanente – Folclore e Língua dos Indígenas
Miguel Pereira	1920 1923	Comissão Permanente – Fundos e Orçamento Comissão Permanente – Geografia
Olavo Godoy	1920	Comissão Permanente – Admissão de Sócios
Oscar Miranda	1920, 1923, 1926 e 1929 1929	Comissão Permanente – Fundos e Orçamento Comissão Permanente – Arqueologia, Etnografia e Paleontologia
Otávio Augusto de Faria	1920 1920	Comissão Permanente – Geografia Comissão Permanente – Estatutos e Redação da Revista
Roberto Landell de Moura	1920	Comissão Permanente – Arqueologia, Etnografia e Paleontologia
Roque Callage	1920, 1923, 1926 e 1929	Comissão Permanente – Folclore e Língua dos Indígenas
Rubens de Barcellos	1926	Comissão Permanente – História

ANEXO III

Atividade profissional dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul¹

NOME	PROFISSÃO	CATEGORIA
Achylles Porto Alegre	Professor	Efetivo
Adroaldo Mesquita da Costa	Advogado	Efetivo
Afonso Aurélio Porto	Jornalista	Efetivo
Afonso Guerreiro Lima	Professor	Efetivo
Alberto Juvenal do Rego Lins	Advogado	Efetivo
Alcides de Mendonça Lima	Advogado	Correspondente
Alcides Maya	Jornalista	Correspondente
Alfredo Álvaro Maciel Moreira	Advogado	Correspondente
Alfredo Clemente Pinto	Professor	Efetivo
Alfredo Ferreira Rodrigues	Jornalista	Correspondente
Alfredo Varella	Advogado	Correspondente
Álvaro Batista	Médico	Correspondente
Amaro Augusto da Silveira Batista	Engenheiro	Efetivo
Antão Gonçalves de Faria	Engenheiro	Efetivo
Armando Dias de Azevedo	Advogado	Efetivo
Arthur Candal	Professor	Efetivo
Augusto Borges de Medeiros	Advogado	Honorário
Augusto Daisson	Jornalista	Efetivo
Augusto Porto Alegre	Jornalista	Correspondente
Benjamin Flores	Jornalista	Efetivo
Carlos Teschauer	Padre	Efetivo
Delfino Marques Riet	Estancieiro	Efetivo
Demétrio Ribeiro	Advogado	Correspondente

¹ Fonte: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. III Trimestre, Ano I, 1921. Anexo 2. Há uma outra listagem publicada na Revista de número 122 que apresenta um total de 55 sócios fundadores; no entanto, mantereí como referência a relação de 1921, com uma única alteração: Landel de Moura não foi mencionado no cadastro publicado em 1921, mas seu nome aparece como um dos eleitos para a Comissão Permanente – Arqueologia, Etnografia e Paleontologia em 1920, por isso, o incluí no quadro apresentado.

NOME	PROFISSÃO	CATEGORIA
Eduardo Mafra Duarte	Médico	Efetivo
Emílio Fernandes de Souza Docca	Militar	Efetivo
Fernando Luiz Osório Filho	Advogado	Correspondente
Florêncio Carlos de Abreu e Silva	Advogado	Efetivo
Francisco Antonino Xavier e Oliveira	Advogado	Efetivo
Francisco de Leonardo Truda	Jornalista	Efetivo
Francisco Rodolfo Simch	Advogado	Efetivo
Homero Batista	Advogado	Correspondente
João Baptista Hafkemeyer	Padre	Efetivo
João Bittencourt de Menezes	Jornalista	Efetivo
João Cândido Maia	Jornalista	Efetivo
João da Silva Belém	Jornalista	Correspondente
João Pinto da Silva	Escritor	Efetivo
Joaquim Francisco de Assis Brasil	Advogado	Correspondente
José Paulo Ribeiro	Notário	Efetivo
José Vieira de Rezende e Silva	Advogado	Correspondente
José Zeferino da Cunha	Advogado	Efetivo
Leopoldo Cruz de Freitas	Advogado	Correspondente
Lindolfo Collor	Jornalista	Efetivo
Luiz Mariano da Rocha	Monsenhor	Efetivo
Manoel Theóphilo Barreto Vianna	Militar	Efetivo
Manuel Joaquim de Faria Correa	Militar	Efetivo
Miguel José Pereira	Militar	Efetivo
Olavo Franco de Godoy	Advogado	Efetivo
Oscar Miranda	Militar	Efetivo
Otávio Augusto de Faria Correa	Professor	Efetivo
Protásio Antônio Alves	Médico	Efetivo
Roberto Landell de Moura	Padre	Efetivo
Roque Oliveira Callage	Jornalista	Efetivo

ANEXO IV

Dados biográficos dos sócios fundadores membros da primeira diretoria (1920-1923)

NOME	LOCAL E ANO DE NASCIMENTO	BREVES DADOS BIOGRÁFICOS
Achylles Porto Alegre	Rio Grande 1848	Tesoureiro da Fazenda do Estado, cargo em que se aposentou ao sobrevir a República. Participou do Partenon Literário, da Academia Riograndense de Letras e da Academia de Letras do Rio Grande do Sul. Foi diretor do <i>Jornal do Comércio</i> . Foi diretor da Instrução Pública. Morreu em 1926.
Adroaldo Mesquita da Costa	Taquari 1894	Professor e diretor da Faculdade Direito de Porto Alegre. Assumiu função de promotor público e chegou a procurador-geral do Estado e da República. Membro do Conselho Consultivo da Universidade de Brasília. Historiador membro da Academia Riograndense de Letras. Deputado federal 1933/34 e deputado estadual 1934/37.
Afonso Guerreiro Lima	Porto Alegre 1870	Estudou no Colégio Rio-Grandense de Apeles Porto Alegre. Professor de Geografia, História, Corografia e Cosmografia na Escola Normal e na Complementar. Nos anos 1930, assume funções administrativas.
Alberto Juvenal do Rego Lins	Alagoas 1880	Advogado, juiz.
Alfredo Clemente Pinto	Porto Alegre 1854	Formou-se em Filosofia em Roma. Professor da Escola Normal, diretor da Escola Complementar, deputado na Constituinte de 1891, diretor geral da Instrução Pública.
Amaro Augusto da Silveira Batista	Porto Alegre 1907	Funcionário público de profissão engenheiro, trabalhou nos Correios e Telégrafos.
Antão de Faria	São Sepé 1854	Filho de “importantíssima família”, seu pai era militar. Estudou no Colégio Gomes do professor Fernando Gomes, na Escola Naval no Rio de Janeiro e formou-se em engenharia civil na Escola Politécnica. Em 1888, concorreu junto com Borges de Medeiros, Julio de Castilhos e Protásio Alves a deputado constituinte. Nomeado superintendente dos Negócios das Obras Públicas, em 1890 briga com Julio de Castilhos assim como Demétrio Ribeiro, ambos deputados constituintes. Trabalha em jornal da dissidência <i>O Rio Grande, A Reforma e o Mercantil</i> . Em 1891, assume como ministro da Agricultura de Floriano Peixoto e concorre pela União Nacional ao cargo de deputado estadual. A 1892 volta para Porto Alegre para fazer oposição a Julio de Castilhos, sendo exilado. Em 1894, após a morte da esposa, decide ser somente um profissional e não mais político.
Armando Dias de	Porto Alegre	Primeiros estudos com Beatriz de Oliveira, na Escola Brasileira e no Anchieta. Em 1918, formou-se na

NOME	LOCAL E ANO DE NASCIMENTO	BREVES DADOS BIOGRÁFICOS
Azevedo	1897	Faculdade de Direito de Porto Alegre. Foi professor do Anchieta e do Externato São Pedro. Advogado entre 1924 e 1931. Professor de Direito na Escola Superior de Comércio. Sócio do Instituto de Estudos Genealógicos de Porto Alegre e do IHG do Ceará; fundador do Instituto Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul e da Ordem dos Advogados de Porto Alegre. Suplente de juiz distrital de Porto Alegre, adjunto de promotor da justiça militar e auditor da justiça militar.
Arthur Candal	Porto Alegre 1857	Filho de militar, perdeu o pai quando criança e a família ficou desamparada. Foi professor no Colégio Riograndense e diretor da Escola Mauá. Em 1876, fez concurso público e ficou em primeiro lugar, mas não foi nomeado por suas convicções republicanas; acabou nomeado amanuense. Em 1889, foi nomeado Oficial de Gabinete. Com a cisão entre Júlio de Castilhos e Barros Cassal, por ser mais ligado ao último, exonera-se do Gabinete e estabelece-se na Secretaria das Obras Públicas. Ministrou aulas no Ginásio São Pedro (dirigido por um inglês), no Colégio Alemão Hilfsverein e no Seminário Provincial. Em 1892, foi diretor da Repartição de Estatística. Em 1898, assumiu como administrador dos Correios, nomeado por Prudente de Moraes. Volta à diretoria da Repartição de Estatística do Estado, sendo nomeado por Borges de Medeiros em 1918. Três anos após, aposentou-se. Foi redator do <i>Jornal A República</i> . Morreu em 1924.
Augusto Daisson	São Jerônimo 1863	Filho de um francês, foi jornalista, dono do <i>Jornal do Estado</i> , secretário da <i>Gazeta do Comércio</i> e redator do <i>Correio do Povo</i> . Morreu em 1927.
Benjamin Flores	Rio Grande 1860	Filho de militar, teve emprego no comércio, auxiliar de gabinete, engenheiro de uma companhia francesa de estrada de ferro. Advogado. Em 1887, em Porto Alegre foi diretor do jornal <i>Pátria</i> (hebdomadário ilustrado), redator político do <i>Conservador</i> e o <i>Estado</i> , colaborador do <i>Jornal do Comércio</i> , <i>Mercantil</i> e <i>Correio do Povo</i> . Em 1888, passa a trabalhar nos Correios. Foi primeiro secretário da Academia Riograndense de Letras. Morreu em 1922.
Carlos Teschauer	Prússia 1851	Foi ordenado na Holanda, onde se formou em Filosofia e Teologia. Em 1880, chega a Porto Alegre. Foi sócio do IHGB e dos IHG's, do Ceará e do Rio Grande do Norte.
Delfino M. Riet	Bagé 1855	Militar e pecuarista.
Eduardo Mafra Duarte	Porto Alegre 1874	Médico, professor e inspetor escolar. Trabalhou no Arquivo Público, aonde chegou à direção e produziu a <i>Revista do Museu e Arquivo Público</i> . Dirigiu o Departamento de História do Museu do Estado e organizou o Arquivo Histórico. Foi membro de honra do IHG de Montevidéu e correspondente dos IHG's de Santa Catarina e Paraná. Chefe de Seção do Arquivo Público.
Emílio Fernandes de	São Borja	Militar desde sua adolescência. Atuou como historiador.

NOME	LOCAL E ANO DE NASCIMENTO	BREVES DADOS BIOGRÁFICOS
Souza Docca	1884	
Florêncio Carlos de Abreu e Silva	Rio de Janeiro 1882	Bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Juiz nas comarcas de Taquara, São Borja, Rio Pardo e Santa Maria. Desembargador e Procurador-geral do Estado. Historiador, jurista, conferencista e compositor musical. Foi diretor do Arquivo Público.
Francisco de Leonardo Truda	Porto Alegre 1886	Filho de imigrantes italianos, cursou a Faculdade de Direito de Porto Alegre. Foi comerciante, jornalista, sociólogo e historiador. Além do IHGRGS, foi diretor do <i>Correio do Povo</i> e colaborador do <i>Diário de Notícias</i> . Fundou a revista <i>A Pena</i> e era membro do Rotary Club.
João Baptista Hafkemeyer	Alemanha 1871	Formou-se em Teologia e História na Alemanha. Em 1891, entrou para a Companhia de Jesus na Holanda. Chegou a São Leopoldo em 1897. Foi sócio correspondente do IHGB e dos IHG's de São Paulo, de Pernambuco e do Ceará. Em 1902, volta para Europa, onde estudou Teologia (Holanda) e Português. Em 1904, na Europa, recebeu as sagradas ordens. No ano seguinte, retorna a São Leopoldo para dar aulas de História Universal e Pátria no Ginásio onde também foi diretor espiritual da divisão dos menores. A 1913 é extinto o Ginásio e transfere-se para o Ginásio São Luiz Gonzaga, em Pelotas, onde dirigiu a Congregação Mariana. Em 1917 foi transferido para o ginásio Anchieta. Morreu em 1924.
João Cândido Maia	Triunfo 1862	Estudou na Escola de Guerra em Porto Alegre, diplomou-se em Filosofia no Rio de Janeiro. Foi serventário da justiça. Fundou e presidiu a Associação Rio-grandense de Imprensa. Foi auxiliar da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, inspetor escolar, escrivão da Provedoria, jornalista em <i>A Federação</i> , dirigiu <i>A Gazeta</i> e <i>O Diário</i> . Em 1898, publicou <i>História do Rio Grande do Sul</i> , destinado ao ensino cívico, tendo 19 edições.
João Pinto da Silva	Jaguarão 1889	Crítico literário, historiador, poeta, diplomata e ensaísta, chefe de Gabinete do Presidente.
José Paulo Ribeiro	Não informado	Notário. Morreu em 1929.
José Vieira de Rezende e Silva	São Lourenço 1864	Militar e fazendeiro em São Luiz. Republicano ardoroso e intransigente, lutou em 1893 ao lado de Pinheiro Machado. Juiz distrital de São Lourenço.
José Zeferino da Cunha	Pelotas s/d	Advogado.
Lindolfo Collor	São Leopoldo	Exames preparatórios com Emílio Meyer, Faculdade de Farmácia. Em 1909, forma-se e torna-se redator de

NOME	LOCAL E ANO DE NASCIMENTO	BREVES DADOS BIOGRÁFICOS
	1890	<i>O Dever</i> , jornal editado em Bagé. Dois anos após, transfere-se para Rio de Janeiro e investe na carreira de jornalista e escritor. Em 1919, foi convidado por Borges de Medeiros para trabalhar no jornal <i>A Federação</i> . Pelo PRR, foi eleito para a Assembléia dos Representantes em 1921 e para a Câmara Federal em 1923.
Luiz Mariano da Rocha	Pelotas 1883	Filho de professores, tornou-se sacerdote em 1906. Entre 1911 e 1913, estudou em Roma e formou-se Doutor em Direito Canônico, foi camareiro secreto do Papa Pio XII (1939/1958). Fundou a Revista UNITAS e foi presidente da Academia de Letras do Rio Grande do Sul.
Manuel Joaquim Faria Correa	São Gabriel 1875	Formou-se no Rio de Janeiro, foi professor no Colégio Militar e na Escola Normal, sendo reformado coronel em 1928.
Miguel Pereira	Taquari 1870	Filho de militar, também seguiu carreira. Participou da Revolução de 1893 ao lado de Julio de Castilhos. Foi historiador e professor de português no Curso de Ensino criado por Emílio Massot. Morreu em 1927.
Olavo Franco Godoy	s/l 1873	Juiz, redator e diretor de <i>A Federação</i> .
Oscar Miranda	Porto Alegre 1862	Militar, docente na Escola Militar e na Julio de Castilhos, sendo diretor da última. Fundador da Escola de Engenharia de Porto Alegre, como engenheiro participou da construção da estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana. Co-fundador do IHGRGS, participou da criação do Conservatório de Música de Porto Alegre e foi chefe do Estado Maior da Região.
Otávio Augusto de Faria	São Gabriel 1881	Estudou na Escola Normal de Porto Alegre. Na Escola Militar obteve preparatórios e passou para a Escola de Guerra, mas, por motivo de saúde, desistiu. Tentou Engenharia e desistiu pelo mesmo motivo. Lecionou no Ginásio de Pelotas. Fundou uma escola noturna gratuita e um colégio em Santa Vitória do Palmar, onde lecionou por um ano porque não “agüentou o clima”. Membro da Academia de Ciências e Letras do Rio Grande do Sul e dos IHG’s de Minas Gerais e da Paraíba. Foi Diretor do Recenseamento. Morreu em 1921.
Roberto Landell de Moura	Porto Alegre 1861	Estudou na escola pública do professor Hilário Ribeiro, no Colégio Fernando Gomes e no Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, no seminário no Rio de Janeiro e cursou Física e Química em Roma. Em 1886 ordenou-se. Um ano após, voltou ao Rio Grande do Sul e tornou-se capelão da Capela do Bom Fim e professor de História Universal no Seminário Episcopal. Esteve em São Paulo e fora do Brasil desenvolvendo estudos sobre telegrafia sem fio. Em 1908, volta a Porto Alegre, primeiro como pároco do Menino Deus e depois da Nossa Senhora do Rosário. Morreu em 1928.
Roque Callage	Santa Maria 1888	Jornalista, em Porto Alegre trabalhou no <i>Correio do Povo</i> . Fundou, com Leonardo Truda e Pedro Moura, o jornal <i>Diário de Notícias</i> .